INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

O general Gomes da Costa e o 28 de maio de 1926: uma leitura através da imprensa

Gonçalo de Jesus Jacinto Pina

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025.

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

O general Gomes da Costa e o 28 de maio de 1926: uma leitura através da imprensa

Gonçalo de Jesus Jacinto Pina

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Agradecimentos

O autor deste estudo agradece às seguintes pessoas: o meu orientador Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Catedrático ISCTE– Instituto Universitário de Lisboa pelo apoio dado e pelas orientações recebidas ao longo da realização deste trabalho, aos colegas do meu curso que me acompanharam ao longo do meu percurso académico, aos meus pais pelo esforço que me permitiu concluir esta tão importante etapa dos meus estudos.

Resumo

A I Guerra Mundial provocou grandes mudanças no mundo, quer na sociedade, quer na política. Grandes impérios desintegraram-se, como é o caso do Império Austro-húngaro. Portugal não foi exceção.

Este estudo vai-se focar nas mudanças na política portuguesa, que a partir de 1926 irá passar a ter um regime ditatorial em vez de um regime democrático, com um foco especial na figura do Marechal Gomes da Costa.

Pretendo averiguar, através da análise da imprensa da época, quem foi o homem por detrás do golpe de estado de 28 de maio de 1926 e o que levou a que este tivesse sido escolhido para liderar o movimento que fez cair a I República, bem como a sua queda e demissão no período posterior

Palavras-Chave: I Guerra Mundial; Primeira República; Golpe de Estado; 28 de maio de 1926; Gomes da Costa

Abstract

The I World War caused big shifts both in the world, society and in politics. Big empires have fallen, such as the Austro-Hungarian Empire.

This study will focus on the shifts in Portuguese's politics, that from 1926 suffered a regime change from a democracy to a dictatorship, with a focus on Marshal Gomes da Costa.

I pretend to assess, through an analysis of the press at the time, who really was the man behind the May 28th, 1926, Coup d'État, what made him be the leader chosen for the coup that made not only the I Republic fall, as well as his fall and resignation in the aftermath.

Key words: World War I; First Republic; Coup d'État; 28 May 1926; Gomes da Costa

Índice

Agradecimentos i

Resumo ii

Abstract iii

Introdução 1

1. Causas da queda da Primeira República 2

2. O percurso de Gomes da Costa 9

2.1. Breve biografia de Gomes da Costa 9

2.2. Campanhas em Goa (1895 – 1896) e Moçambique 11

2.3. Gomes da Costa e o CEP 19

3. A imprensa portuguesa e o papel de Gomes da Costa no 28 de maio 28

3.1. Como o *Diário de Lisboa* noticiou o golpe militar de 29 de maio de 1926 28

3.2. Análise do *Diário de Lisboa* pós 28 de maio de 1926 46

3.3. A destituição de Gomes da Costa nas páginas do *Diário de Lisboa* 59

3.4. Como *A Capital* noticiou o golpe militar de 28 de maio de 1926 63

3.5. Análise de *A Capital* pós 28 de maio de 1926 67

3.6. A destituição de Gomes da Costa no jornal *A Capital* 81

Conclusão 83

Fontes e bibliografia 85

Introdução

Este estudo intitulado O general Gomes da Costa e o 28 de maio de 1926: uma leitura através da imprensa, tem como objetivo estudar os acontecimentos que antecederam o golpe militar de 28 de maio de 1926 e o porquê da escolha de Gomes da Costa para ser o principal líder deste movimento, visto que existiam outros chefes militares de renome como são exemplo Mendes Cabeçadas e Óscar Carmona.

Para este estudo foram utilizadas fontes secundárias, nomeadamente estudos já realizados por vários autores tais como: Aniceto Afonso, António José Telo, João Medina e Nuno Severino Teixeira incluindo a biografia de Gomes da Costa e análise dois jornais principais da época: *Diário de Lisboa* e *A Capital*.

Inicialmente o arquivo do Museu da Presidência seria a minha principal fonte de estudo sobre Gomes da Costa, visto que este foi Presidente da República após o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, mas tendo sido enviando um e-mail, não foi obtida qualquer resposta. Após uma reunião com o orientador, Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, ficou decidido então pelo estudo e análise dos jornais acima referidos.

Neste estudo pretende-se responder às seguintes questões: Quais foram as causas sociais e económicas para a queda da I República? Quem foi o Marechal Gomes da Costa? Qual foi o seu papel na I Guerra Mundial? Qual foi o motivo para o mesmo participar no golpe de estado? O porquê de Gomes da Costa ser o escolhido para liderar o golpe?

1. **Causas da queda da I República em Portugal**

Não é possível falarmos de Gomes da Costa e do golpe de 28 de maio de 1926 sem fazer uma pequena contextualização histórica sobre as causas da queda da I República.

A queda da I República deveu-se a várias causas quer políticas, económicas e sociais, tais como a participação de Portugal na I Guerra Mundial, através do Corpo Expedicionário Português (CEP), com Gomes da Costa a combater na Flandres. Portugal entra na Primeira Guerra Mundial, depois de ter apreendido navios alemães a pedido da Inglaterra, no âmbito da aliança mantida entre ambos. Uma outra causa para esta entrada foi a defesa das colónias africanas da ameaça alemã.[1] É importante referir que a entrada de Portugal na guerra serviu ainda como forma de legitimar o novo regime político (de uma Monarquia para uma República) numa Europa onde quase todos os países eram regimes monárquicos.

A implantação da República não mudou o sistema económico português, ou seja, a economia era muito baseada na agricultura, visto que 50% da população trabalhava no setor primário. A maioria são agricultores de minifúndios e praticaram uma agricultura de subsistência. A indústria em 1911 consegue ocupar 21% da população, sendo que a indústria mais praticada em Portugal é a manufatura e a indústria do artesanato. [2]

Antes da I Guerra Mundial, a economia portuguesa era estável com despesa da defesa entre os anos 1910-1911 era de 20% e durante o conflito aumentou para os 66%, o que tem como consequência o aumento da inflação que era lenta entre 1914-1919 e uma inflação rápida entre 1919-1928. [3]

A I Guerra Mundial afetou muito a economia portuguesa, visto que em 1913 Portugal importou 2,5 milhões de toneladas de produtos e em 1917 foram menos de 1 milhão de toneladas e em 1918 foi metade a quantidade de produtos foi importado foi metade da de 1917. E em relação às exportações o impacto foi menor, tendo mesmo em 1916 superado o valor de 1914. A guerra afetou os preços dos produtos agrícolas e o governo para combater o aumento destes produtos,

---

[1] Teixeira, N. S. (1996). *O Poder e a Guerra 1914-1918 Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra. Lisboa:* Edital Estampa pp. 135-136

[2] Medina, J. (2004). *Sidonismo ou a República Fraturada.* Em J. Medina, *História de Portugal: A República (III) Vol. XIV.* Amadora: Ediclube, pp. 373-378.

[3] Medina, J. (2004). *Sidonismo ou a República Fraturada.* Em J. Medina, *História de Portugal: A República (III) Vol. XIV.* Amadora: Ediclube, p. 365.

decidiu tabelá-los o que inicialmente seria uma boa ideia, mas após algum tempo ocorreu o florescimento do mercado negro para estes produtos. [4]

Novos partidos foram criados, como é o caso do Partido Centrista e de muitos independentes. O aparelho partidário e eleitoral tinha sido destruído pela guerra e pelo sidonismo e os dirigentes da nova república tentaram reconstruí-lo. Mas a constituição desse aparelho segundo António José Telo seguiu o caminho do favorecimento e da atribuição de empregos a amigos, tendo mesmo os diversos partidos republicanos chegado a acordo para a divisão dos cargos na função pública.[5] Após a queda do Sidonismo, o primeiro-ministro, José Relvas reuniu com os partidos e ficou acordado que os futuros governadores civis e autoridades administrativas superiores assim como as vagas criadas na função pública seriam distribuídos pelos membros dos vários partidos políticos.

Mesmo antes da Monarquia do norte em 1919, já se assistia ao saneamento feito pelas bases do PRP. Comités revolucionários armados foram criados para prender os monárquicos, reclamando disto os governadores civis dos distritos de Aveiro, Leiria e Viseu.[6]

Assistia-se, pois, a uma corrida aos cargos públicos. A imprensa mais radical atiça os comportamentos, ocorrendo dezenas de comícios em Lisboa e na Província, pressionado o governo a levar o saneamento até ao fim.

Domingos Pereira sucede a José Relvas a 30 de março de 1919 e mantém a política de expulsar do aparelho do estado todos os monárquicos conservadores ou não. Era a corrida ao emprego público, essência dos partidos republicanos para montarem as suas máquinas.[7]

A lei eleitoral da República de 1910 só permite aos homens maiores de idade, que saibam ler e escrever votar fazendo com que uma minoria da população votasse e entre eles estavam os funcionários públicos.[8] Era desta forma que o regime funcionava e o governo que criava mais emprego público ganhava sempre as eleições.

---

[4] Medina, J. (2004). *Sidonismo ou a República Fraturada.* Em J. Medina, *História de Portugal: A República (III) Vol. XIV.* Amadora: Ediclube, pp. 389-391.

[5] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1. pp. 113-114

[6] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1. p. 114

[7] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1. p. 116

[8] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1. p. 117

Com o pós-guerra crescem as grandes empresas e estas interferem na política. Esta forma de fazer política não agradava aos "republicanos puros".[9] Os partidos eram muitas vezes "comprados" pelas grandes empresas e isso fez com que alguns dos principais dirigentes republicanos fossem administradores destas empresas, segundo um artigo escrito por Raul Proença na revista Seara Nova a 15 de julho de 1925: "A coisa chegou a ponto que até já os políticos aproveitam da sua situação ministerial para se instalarem nos chorudos lugares das companhias."[10]

Segundo a revista republicana *Seara Nova* a República pode ser definida com a seguinte frase: "a República, para os bons republicanos, é um regime em que não há rei a governar – e em que eles se governam". [11]

Era grande o descontentamento de muitos vultos republicanos que viram que o seu sonho da República em Portugal ser integra e popular desmoronar. Isto também se verificava no seio dos partidos do pós-guerra, onde existiam divisões com elementos conservadores e radicais.

Dos vários partidos republicanos, o que mais se destaca é o partido democrático, que ao longo do tempo, foi ganhando simpatia pelos banqueiros e homens de negócio, afastando-se assim das massas populares. Esta mudança criou divisões no seio do partido.

Neste contexto de instabilidade política e elevada corrupção a 18 de abril de 1925, deu-se uma tentativa de golpe de Estado na qual participaram Gomes da Costa, Sinel de Cordes, mas esta tentativa falhou, pois, as tropas fiéis ao governo, conseguiram debelar as tropas revoltosas.

Esta tentativa de golpe fez com que o governo tivesse de tomar novas medidas tais como: remodelação das chefias militares de modo que a fidelidade ao regime esteja assegurada e a transferência de alguns oficiais para a província.[12]

O ministério da guerra reprime jornais e as organizações que mostraram apoio ao golpe e liberta Cunha Leal e Garcia Loureiro.

---

[9] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1. p. 119

[10] Revista *Seara Nova* nº49, 15 de julho de 1925, in https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/seara-nova/issue/iss_0000000651, consultado a 24-10-2025

[11] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1. p. 119

[12] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 13

O governo de Vitorino Guimarães é derrubado a 2 de julho de 1925 devido a uma questão orçamental pelo grupo de António Maria da Silva. O país entrou em crise durante quatro dias e só ficou resolvida com a formação de um novo governo encabeçado por António Maria da Silva a 2 de julho de 1925. Este governo prometia respeito por todas as opiniões e crenças.

A oposição sabia que as intenções deste governo eram outras, pois este governo só queria ganhar as eleições. Para José Domingues dos Santos a única opção para a estabilidade política seria a eleição de um governo que fosse encabeçado por um independente. [13]

O governo de António Maria da Silva é alvo de duas moções de censura, sendo que vence uma e perde a moção de censura lançada por Pedro Pita pelo Partido Nacionalista.

O governo de António Maria da Silva recusa a demissão, pois as eleições estão perto e existe uma ameaça de um novo golpe. António Maria da Silva aproveita a moção de censura e começa a expulsar deputados do Partido Republicano Português que votaram a favor da moção de censura.

O governo de António Maria da Silva conseguiu aprovar no Senado uma moção de confiança e pede a dissolução do parlamento ao então Presidente Teixeira Gomes, os partidos da oposição votaram contra e alguns jornais pedem a intervenção do exército em 1925.

A 19 de julho a, segundo António José Telo, "ditadura silvinista" sofre uma nova tentativa de golpe, mas não é bem-sucedido.[14]

A imprensa elogia os responsáveis pelo golpe falhado e o governo modera na repressão. Esta golpe foi organizado por Mendes Cabeçadas que recebeu várias mensagens de apoio.

A 21 de julho após a derrota da revolta e Teixeira Gomes ter negado a dissolução do parlamento, o governo apresenta a demissão. Domingos Pereira, presidente da Câmara dos Deputados foi o escolhido para constituir governo, prometendo no seu programa eleitoral uma "atuação apaziguadora" e eleições livres. Era com as eleições que os diversos partidos ansiavam bater o predomínio democrático.

[13] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. pp 138-139

[14] Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 139

Os conservadores contam com o apoio do jornal *O Século* que desenvolve uma campanha contra o sistema parlamentar e apoia a UIE (União dos Interesses económicos). Também o PNR concorre em força.

O PRN (partido em que os conservadores apostaram) vê a sua direção ser atacada pela fação nacionalista mais radical, tentando, no entanto, não demonstrar nas eleições as divisões internas que o partido vivia: Cunha Leal lidera os nacionalistas radicais que desaprovam conciliações com o PRP e defendem que o partido deve contar com os chefes dos últimos movimentos militares derrotados.

O Ministério do Interior tenta garantir a vitória eleitoral tendo o PRP feito alianças com o PS e com o pequeno PCP.

As eleições tiveram pouca adesão, com cerca de 60% de abstenção, tendo os democráticos ganhado mais de metade das novas câmaras. Os conservadores percebem que para tomar o poder, só o conseguiram através da conspiração. O Presidente da República, Teixeira Gomes que era alvo de muitas criticar por parte da imprensa conservadora, pede demissão após as eleições, pedido esse que foi aceite, pois assim os democráticos podiam escolher um candidato da sua preferência política. Bernardino Machado foi o escolhido, pois tinha dotes de conciliador e era um republicano pró-democrático. Foi depois eleito no final de 1925. É formado um novo governo, tendo António Maria da Silva o novo primeiro-ministro é forçado a escolher os membros do seu governo de forma a não ferir suscetibilidades dos conservadores: "(…) António Maria da Silva, o inevitável novo primeiro-ministro escolhe os membros do Gabinete com todo o cuidado de modo a não ferir suscetibilidades conservadoras e poder conduzir sem entraves a sua obra" [15] Mas o novo governo é logo atacado por monárquicos e nacionalistas e pela esquerda democrática. Também a imprensa nacionalista com o jornal: "Acção Nacionalista" publica: "Se o Partido Democrático não se convencer a abdicar Portugal e se Portugal deseja continuar a viver como nação livre e independente, uma coisa única que há a fazer para que a Pátria se redima e salve: a revolução."[16]

O *Rebate,* jornal afeto ao PRP, no dia 7 de janeiro de 1926, publicou um artigo mencionando a preparação um golpe radical, sendo a liderança atribuída a Gomes da Costa, o que é desmentindo perentoriamente pelo próprio através de um artigo no *Diário de Noticias:* "(…)

[15] Telo, A. J. (1984). *Decadência e Queda da I República Portuguesa* - Vol. 2 p. 142
[16] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 143

não conspira e é contrário a qualquer movimento revolucionário"[17] Este golpe ocorreu a 2 de fevereiro de 1926 e foi prontamente debelado pelo Estado, tendo o governo deportado para as ilhas os principais autores/ implicados do golpe.[18]

Em março de 1926, consolida-se a cisão no seio do PRN: Cunha Leal, líder de uma corrente radical e golpista quer formar um novo partido, que apoiasse o golpe, para que futuramente pudesse tomar posse do estado. Dá-se assim o corte com os moderados do PRN, tendo Cunha Leal e mais 300 nacionalistas abandonado o congresso do partido e formado a União Liberal República (ULR).

Cunha Leal referia nas conferências políticas que deu posteriormente à cisão de 1926 que, embora os oficiais se revoltassem com a situação deveriam de seguida voltar ordeiramente aos quarteis e deixarem a política para os políticos. Conforme escreveu o historiador António Telo: "Cunha Leal, para além de dar grande cobertura aos problemas do Exército nos jornais da ULR, apressar-se-ia explicar pacientemente numa serie de conferências que, embora fosse justíssimo que os oficiais se revoltassem. Deviam em seguida voltar ordeiramente aos quartéis e deixar a política ao políticos."[19] O governo tentava fazer uma política de cedências e conciliações para tentar travar o aumento das conspirações e das manifestações. Por isso promoveu apoios às indústrias e conserveiras, proteção à construção civil, investimentos na construção de estradas, isenção de alguns impostos. Mas os membros do governo estavam também eles divididos entre os seus membros, constando mesmo que António Maria da Silva, teria encarregado a Polícia de Segurança do Estado (PSE), de vigiar o ministro da guerra José Mascarenhas, para verificar se este contactava com os conspiradores. O governo também decide aumentar generosamente o ordenado dos oficiais do exército, tentando desta forma travar o golpe anunciado.

Os membros do governo sabiam que as medidas tomadas não estavam a surtir o efeito na sociedade e era crescente o sentimento de insatisfação e que também de que a queda do regime estaria para acontecer. O estado de espírito da maioria dos membros do governo e do PRP era de desamimo e de desmoralização, ao verem crescer a conspiração conservadora.

Pode-se dizer que foi a questão dos tabacos o pretexto mais evidente para que os conservadores e a esquerda republicana se unissem contra o governo e a "ditadura Silvista" e apelassem ao golpe militar contra a "ditadura democrática". O contrato do tabaco estava desde o seculo XIX

[17] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 143
[18] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 143
[19] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 144

somente entregue a uma companhia e o prazo terminava a 1 de maio de 1926. Existiam três hipóteses a explorar: liberdade de fabrico, pela CUF, concessão de um novo monopólio da companhia existente com interesses do grupo Burnay ou a exploração pelo Estado (régie).[20]

O governo opta pela régie, pois era a mais favorável, mas a oposição e as manifestações aumentaram de tom.

O governo percebe que não vai conseguir aprovar a régie nas câmaras e opta por emitir um despacho ministerial com data de início a 1 de maio. Logo toda a imprensa da oposição se manifestou, chamando "ditadura do PRP, que passou por cima dos processos democráticos."[21]

Neste capítulo vemos que a República pós-guerra, levou à criação de novos partidos, mas os mesmos seguiram o caminho dos favorecimentos e os diversos partidos republicanos conspiravam entre si para a divisão dos cargos públicos, assim como favorecimento de alguns partidos a empresas e vice-versa. O papel da imprensa também teve muita influência na República saída do pós-guerra, pois os governos eram sucessivamente criticados e isso influenciava opinião pública.

Apesar da instabilidade política, os sucessivos governos tentavam negociar com os partidos da oposição fazendo algumas cedências e com o Exército de modo a evitar um golpe de estado, que se viria a concretizar a 28 de maio de 1926.

[20] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. pp. 147-148
[21] Telo, A. J. (1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 2. p. 149

2. O percurso de Gomes da Costa

2.1- Breve biografia sobre Gomes da Costa

Antes de analisarmos as razões da escolha de Gomes da Costa para liderar o golpe de 28 de maio de 1926 é necessário percebermos o seu percurso de vida.

Gomes da Costa nasceu a 14 de janeiro de 1863, num seio de uma família de militares, tendo o seu pai conseguido alcançar a patente de Alferes e foi colocado em Macau, onde alcançou o posto de Tenente-quartel-mestre, em 1865.[22]

Podemos afirmar que Gomes da Costa tem vagas lembranças tanto em Timor, como em Macau, visto que foi viver para esses países ainda em criança.[23] Gomes da Costa guarda na sua memória a sua estadia em Macau, precisamente, no convento de São Domingos, as brincadeiras, passeios e vivência diária.[24] Gomes da Costa também se lembra de ver mortos e feridos na parada do quartel, resultado de uma operação contra um bando de piratas, onde o seu pai tinha participado. Foi também aluno do seminário de São José.

Gomes da Costa volta a Lisboa em 1873 com 10 anos, já com os seus pais a suas duas irmãs. Esta viagem durou 6 meses, tendo passado pelo Cabo da Boa Esperança. A vigem teve muitos sustos, tendo Gomes da Costa e a sua família ficado aliviados quando um dos marinheiros que participava na viagem grita "Cabo da Roca! Senhora da Guia!". [25]

Chegados a Lisboa, Gomes da Costa e a sua família viajam para o arquipélago da Madeira, pois o pai de Gomes da Costa tinha sido colocado na Madeira. Gomes da Costa esteve pouco na Madeira, tendo ficado aos cuidados do tio em Lisboa quando tinha 11 anos, pois entrou num colégio militar a pedido do pai. É assumindo no seu livro que Gomes da Costa era um menino rebelde e pouco aplicado nos seus estudos, mas os mesmo refere que foi daí que tirou vários ensinamentos para a vida.[26]

A vida no colégio militar era contrabalançada com as férias passadas na Madeira com os seus pais. A experiência no colégio militar marcou a vida do general.

[22] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 3
[23] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 2
[24] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 5
[25] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 12
[26] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 1

Após 5 anos de estudo no colégio militar, Gomes da Costa desiste dos estudos e o seu pai que era muito rigoroso, mandou que assentasse Praça já que não queria estudar. O seu tempo de recruta não foi fácil, visto que o seu pai, pediu aos seus superiores que lhe dificultassem a vida de recruta, isto fez com que em pouco tempo Gomes da Costa pedisse ao pai para voltar a estudar, o que foi bem aceite por ele. Gomes da Costa é então transferido para o Vale do Pereiro, ficando no Batalhão Nº2 de Caçadores da Rainha.

Gomes da Costa entra para a escola do exército, com 18 anos, sendo promovido a Alferes Graduado e transferido em 1884 para o Regimento de Infantaria 11 em Tomar, onde se encontrava o seu pai. Mais tarde Gomes da Costa volta para Lisboa e é colocado no I de Infantaria, onde tinha como função ser guarda no Paço da Ajuda que era residência do Rei D. Luís e da Rainha D. Maria Pia, mas a monotonia do serviço não agradou Gomes da Costa e o mesmo regressa a Tomar.[27]

No mesmo ano é enviado para Portalegre de modo a proteger a fronteira portuguesa de modo a evitar a propagação de cólera vinda de Espanha, proibindo assim a entrada de espanhóis em Portugal. Pelo seu trabalho Gomes da Costa é promovido a Alferes e é colocado em Penamacor com o 24 de Infantaria, mais uma pede transferência para Coimbra para servir o Regimento 23. Daí entrou para a guarda fiscal onde comandou a secção da Figueira da Foz.

Anos mais tarde, aceita o convite para ajudante de campo do governado geral da India. Tempos depois teve de resolver uma insurreição (não queria ir para Moçambique), que ficou resolvida no combate de Gutnem. O governador ordenou a Gomes da Costa que perseguisse os bandos de rebeldes.

De volta a lisboa recebe ordem de Mouzinho de Albuquerque, governador geral de Moçambique para o cargo de Capitão-Mor de Mossuril em 1896, onde participou em várias campanhas que culminaram com o fim da revoltam, tendo Gomes da Costa utilizado a sua experiência, para pacificar o distúrbio.

Na verdade, com a leitura das *Memórias*, verificamos que Gomes da Costa se apresentava a si próprio como um excelente negociador e estratega, alegando que nem sempre foi

[27] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 31

compreendido pelo governo, como é demonstrado com a acusação que recebeu de fogo posto e de desvios de fundos do estado.

Como consequência esteve suspenso do seu posto por mais de um ano em Lisboa, o que o afetou quer economicamente quer psicologicamente.

2.2 – Campanhas em Goa (1895-1896) e Moçambique

Neste capítulo iremos descrever algumas batalhas e campanhas militares, onde Gomes da Costa participou. Esta descrição foi baseada nos livros *Memórias* (1930, Gomes da Costa) e *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa* (1931, Carlos Gomes da Costa)*;* o primeiro foi baseado nos vários apontamentos de Gomes da Costa ao longo da sua vida e o segundo foi escrito pelo seu filho. Este capítulo tem apenas como fonte bibliográfica estas duas obras, pois não foi possível encontrar outras fontes bibliográficas que possam contradizer alguns acontecimentos aqui relatados. No entanto considerei ser relevante a descrição das campanhas de Gomes da Costa em África, pois as mesmas ajudam a perceber o porquê da escolha de Gomes da Costa para ser comandante do CEP e mais tarde para ser o escolhido a liderar o movimento do 28 de maio de 1926 que fez cair a I República.

Em Goa, Gomes da Costa ainda era capitão, nesse território teve alguns contratempos, como é o caso de Revoltosos dentro do próprio exército em que estes montavam ciladas contra o próprio, dificultando o combate contra os revoltosos. Para além de lidar com estes problemas dentro do contingente português, foi ferido com duas balas (uma no pé e outra na perna direita).

O exército da India antes da sua dissolução em 1871, os postos superiores eram ocupados por descendentes de português que excluíam sistematicamente os canarins (povo indiano). Após a dissolução os descendentes perderam o seu predomínio. Antes da revolta dos canarins, os europeus viviam em harmonia devido ao sentimento de desprestigio que existia para com Portugal devido às discórdias existentes entre ambos os povos. A revolta aconteceu devido aos canarins perceberem que esta união para com os portugueses podia prejudicar os próprios interesses do povo canarinho. Começou assim o ideal do nativismo.

O jornal *Brado Indiano*, criado pelos revoltosos, liderado pelo padre Alvares, começou logo a criar campanhas contra o estado português, através de insultos a Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e ao próprio governador de Goa.

Gomes da Costa procurou junto do governador Visconde de Vila Nova de Ourém, quem era administrador do concelho e comandante da polícia. O governador não fez nada com esta informação e a retórica e a difamação continuavam.

Quando é pedido pelo Ministro ao governador de Goa em 1895 para que envie 400 maharatas para Moçambique, foi Gomes da Costa quem conseguiu convencer os soldados a irem para território africano prometendo-lhes que iriam regressar em segurança.

O cunhado do governador, Coronel F… (o nome não é referido no livro de Carlos Gomes da Costa) também se disponibilizou a seguir para Moçambique com a sua unidade, sem impor condições. Esta opção foi aceite pelo governador que era influenciado pelo cunhado e consequentemente transmitida ao Ministro. Esta decisão de coronel F, não foi aceite de bom agrado, pois o mesmo não consultou os seus oficiais, e os soldados queriam saber quem que condições iam para Moçambique. Alguns militares revoltaram-se contra o tenente e foram presos, o mesmo não demonstra qualquer interesse em acabar com estas escaramuças. Estas escaramuças eram incentivadas pelos oficiais da Índia, ocorrendo atos de indisciplina.[28]

Quando a ordem de embarcar chegou, alguns oficiais que eram indianos desertaram, isto acontecia frequentemente, quando os militares eram destacados para Moçambique, existindo mesmo casos de soldados que se lançavam para o mar ou que partiam as cabeças de modo a não embarcarem.

Tanto os soldados do batalhão de artilharia como os soldados da polícia eram encorajados a não embarcarem. Ainda assim a rivalidade entre ambos era existente, o que fazia com que existissem algumas hesitações, dando tempo aos oficiais europeus controlar os seus homens.

A revolta acontece na noite de 13 para 14 de setembro de 1895, Gomes da Costa ao saber desta revolta dirige-se ao batalhão com os seus praças da polícia para tentar subjugar os revoltosos. Os soldados revoltosos dispararam para o ar com o objetivo de criarem o pânico na cidade e fugirem para Satari, onde iriam negociar as suas condições para a rendição, que eram as seguintes: a amnistia total e a garantia de que não iriam embarcar para Moçambique. Gomes da Costa persegue os revoltosos e consegue alcançá-los e tenta demovê-los através do diálogo, o que tal não foi possível, pois os revoltosos não falam português e por isso Gomes da Costa retira-se para pedir reforços.

[28] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, pp. 26-27

O capitão Gomes da Costa pedia constantemente um destacamento para controlar os revoltosos, o pedido era constantemente rejeitado pois o governador receava que a cidade ficasse desprotegida.

O número de revoltosos aumenta ao longo do tempo e ia ficando cada vez mais perigosos, iam saqueando as cidades, pois tinham falta de recursos.

Tendo Gomes da Costa recebido autorização do governador para comandar as operações de controlo da revolta, a primeira medida que tomou foi colocar panfletos e editais, de modo a convocar os europeus que residiam em Pangim, para o serviço militar.[29]

Este recrutamento surtiu efeito e em apenas três dias foram construídas barricadas com capacidade para 800 homens. Mas revoltas iam se alastrando para outras cidades e etnias.

Alguns dias depois, a revolução já tinha chegado à cidade de Juá e Amoná. Gomes da Costa é autorizado pelo governador a ir para Juá com 70 praças de artilharia, 3 de artilharia. No primeiro embate das tropas de Gomes da Costa contra os revoltosos, estes fugiram após uma troca de tiros. Segundo o próprio Gomes da Costa esta fuga não significava o fim da revolta.[30]

Gomes da Costa cria uma coluna para combater os revoltosos, sendo que esta coluna era composta por: quatro companhias de infantaria e uma secção de artilharia.

O capitão Brito comanda a 1ª Companhia, sendo composta por praças mahartas. Já a segunda companhia era comandada pelo capitão Leão e composta por soldados mouros e cristãos. O capitão Roncon da Polícia tinha o comando da terceira companhia e era composta por policias. Por fim a quarta companhia tinha como comandante o capitão Mendonça e tinha um cariz voluntário.

Em Juá foram estabelecidos postos avançados de vigilância. Gomes da Costa marcha para Sanquelim e chega a Valpoy às 2 da manhã de 4 de novembro.

Em Choranchó Chubó havia um posto de vigilância inimigo que estava numa posição privilegiada. Ao amanhecer dá-se o primeiro encontro com as tropas inimigas, existindo um tiroteio que durou algumas horas. As tropas revoltosas queriam negociar um cessar-fogo, mas

[29] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 29

[30] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa p. 30-31

isso foi só uma estratégia para que existisse movimentações das tropas revoltosas para outros postos de vigilância mais altos.

Ao ferirem o Alferes Possolo o cessar-fogo é novamente requisitado e desta vez é aceite. Passado algum tempo os combates são retomados com grande violência e as tropas de Gomes da Costa sofrem um revês, visto que as peças de artilharia ficaram inutilizadas após alguns tiros. As tropas revoltosas apercebem-se de que as peças de artilharia das tropas de Gomes da Costa deixaram de funcionar começaram a cercar as tropas.

Após 5 horas de tiroteio o corpo principal chegou e conseguiu salvar as tropas de Gomes da Costa. O animo das tropas foi aumentando e ouviram-se várias salvas a Portugal.

Gomes da Costa Lança um novo ataque aos revoltosos, que inicialmente resistiram, mas acabaram por recuar. É aqui que Gomes da Costa fica ferido no pé. As tropas de Gomes da Costa desfilam por sobre Sanquelim e são encontrados por dois soldados que segundo os mesmos eram prisoneiros.

A 8 de novembro, Gomes da Costa e os feridos regressam a Pangim para ir buscar novas peças de artilharia.

Quatro dias depois, a 12 de novembro de 1895, o Infante D. Afonso e o novo Governador Geral Rafael d'Andrade chegam a Pangim e a população recebe-os em êxtase.

Esta chegada tinham um problema: tanto o governador como o Infante tinham poderes semelhantes tendo o governo português reconhecido erro nomeando o Infante vice-rei.

O Governador Geral, entretanto, ordena a eliminação da imprensa, a criação de um conselho de guerra e convoca mercenários do estado.

Enquanto isso, Gomes da Costa que estava em Juá, recebe ordens do governo para atacar os rebeldes.

A 19 de novembro, Gomes da Costa cerca a aldeia de Cendy, onde se acreditava que estavam as tropas revoltosas, mas só foram encontrados 6 homens, onde é relatado que os revoltosos fugiram para o norte.

Gomes da Costa ao retornar para Sanguem tem conhecimento que os revoltosos passaram para o norte da linha férrea. Gomes da Costa quando se dirigia para Mollem também toma conhecimento que os revoltosos tinham um posto em Usgão e Volosey, mas que foi abandonado e os revoltosos fugiram para Nanuz.

Gomes da Costa é depois chamado a Pangim para informar o governo sobre a situação da revolta e falar sobre futuras operações.

O capitão durante esta reunião com o governador, apresenta o seu plano, que entra em desacordo com o plano do capitão Rosado, Chefe E. M. da expedição. Este plano consistia que a expedição marchasse em direção a Bicholim-Sanquelim-Nanuz e seguiam a coluna já embarcada até Usgão e partindo daí para Razigante e assim protegiam a passagem da expedição pelo desfiladeiro. Este plano foi aceite.[31]

O governador ordenou que se necessário se destruíssem plantações, sementeiras e linhas de defesa inimiga; também foi ordenada a destruição do forte de Nanuz.

Segundo Gomes da Costa bastava o governador ter aceitado a proposta de amnistia dos revoltosos que a revolta acabava: "Com a amnistia- era a opinião do cap. Gomes da Costa- teria prontamente terminado tudo…"[32]

A 18 de dezembro o Infante regressa a Sanquelim e Gomes da Costa é chamado a Pangim de modo a reassumir as funções de administrador do concelho.

A 19 de dezembro as tropas lideradas pelo capitão Salema destruíram três aldeias e quando se dirigia para Querim foi atingido por um tiro numa perna e deu ordens para contra-atacar. O Infante ao ter conhecimento deste ataque, foi imediatamente de encontro com as tropas de Salema, mas estas encontraram-se a meio caminho, pois as tropas de Salema tinham-se retirado após terem repelido as tropas revoltosas. Já no dia seguinte o Infante D. Afonso é atacado em Querim e consegue repelir o inimigo e regressar a Pangim, onde foi recebido em festa.

Os revoltosos ao se aperceberem que as negociações com o governo estavam paradas, decidiram então organizarem-se em bandos. Para tentar combater estes bandos, foi necessário haver um reforço dos destacamentos que estavam em Nanuz e Sanquelim e também colocar destacamentos nas cidades de Bicholim, Pernem, Sanguem e Canácona.

Para além dos três grupos de rebeldes, existiam também foram organizadas pequenas quadrilhas que continham entre 5 e 10 elementos, sendo que estes aproveitavam a revolta para saquear, roubar. O então governador propõe ao líder da expedição, o Infante D. Afonso, a utilização das mesmas táticas, ou seja, a criação de guerrilhas. Isto implicaria a divisão da expedição, o que

[31] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 39
[32] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 40

não era ideal, pois a expedição em si já tinha poucos homens, sendo que uma parte desta era necessária para proteger as cidades onde as tropas revoltosas se tinham retirado.

Gomes da Costa é nomeado para organizar uma coluna de militares e percorrer o território de Goa de modo a atacar os bandos que saíssem de Satari.

Gomes da Costa e a sua coluna quando chegam a Nartolim aparecem alguns espias, que disseram que os revoltosos tinham fugido para Canácona. Gomes da Costa forma logo uma coluna que entra no desfiladeiro de Ambigante, que era um conhecido refúgio dos revoltosos.

Este desfiladeiro não estava presente nas informações que foram dadas pelos espiões. Ao entrarem pelo desfiladeiro, as tropas de Gomes da Costa, foram logo atacadas. Os revoltoso tentaram cercar as tropas de Gomes da Costas pelo flanco direito, mas sem sucesso, pois Gomes da Costa previu este movimento mandando tropas para o lado direito de modo a repelir este ataque, tendo durado 2 horas.[33]

Gomes da Costa percebe a possibilidade de as tropas revoltosas concentrarem novamente em Canácona, organiza uma coluna para ir de encontro com as tropas revoltosas, chagando a 18 de fevereiro de 1896, depois de 10 horas de caminhada.[34]

As tropas de Gomes da Costa passaram por vários locais e quando chega a Sirodá, Gomes da Costa envia uma carta ao tenente-coronel Martins de Carvalho, comandante militar de Sanquelim, em que dizia pormenorizadamente que tipo de operações foram feitas e a sua intenção de estabelecer um quartel em Derbondará. Nesta mesma carta Gomes da Costa prometia fornecer ao tenente Martins de Carvalho todo o tipo de informação que Martins de Carvalho achasse necessário e pedia o mesmo do tenente. O tenente não aceitou, alegando que as informações que tinha eram confidenciais. Era visível o mau estar entre Martins de Carvalho e Gomes da Costa.

O capitão Gomes da Costa volta a escrever a Martins para expor o seu plano de combate em relação às tropas revoltosas. Mais uma vez obteve uma resposta negativa em relação ao seu plano. Gomes da Costa com a sua coluna regressa a Satary, visto que não existe acordo possível com o tenente Martins de Carvalho.[35]

[33] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 43
[34] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 44
[35] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 43

O capitão Gomes da Costa tinha bom relacionamento com a polícia local como é o coronel Nutt, superintendente político de Savant Vadi e por isso enviou uma carta ao coronel Nutt a pedir que este feche as fronteiras para que seja impedida a fuga dos revoltosos.

Gomes da Costa reconhece que a sua presença a Sanquelim era inútil e a 7 de março obtém a autorização do governador para seguir em direção a Badem. Lá estava um encarregado enviado pelo tenente Nutt. O encarregado de Nutt recebeu instruções, onde era prometido o apoio do rajá de proteger a fronteira e deter os revoltosos.

Estava previsto que Gomes da Costa reunisse com o rajá, mas não foi possível, pois foi chamado de urgência para a Pangim. Ao chegar a Pernem Gomes da Costa soube que os revoltosos regressaram a Satary e Sanquelim, obrigando as pessoas que regressaram a fugir novamente.

O capitão Gomes da Costa quando chega a Pangim e acompanhou o governador que tinha sido chamado a Lisboa, visto que o capitão estava exausto pela duração da campanha contra os soldados revoltosos, chegando a Lisboa a 24 de abril de 1896.[36]

No dia seguinte à sua chegada Gomes da Costa é ferido com um tiro na perna. O autor do disparo foi o canarim Constâncio Roque da Costa, sendo motivado pelo ódio que este tinha pelas decisões políticas indianas.

Segundo alguns jornais, este caso pode ser considerado uma fantasia. É relatado que tanto o governador Rafael de Andrade tanto o Roque como Gomes da Costa discutiram, dando empurrões e que Roque da Costa ao se sentir ameaçado sacou da sua arma e disparou três tiros, sendo que um atingiu a perna da Gomes da Costa. O capitão Gomes da Costa foi levado para o hospital, juntamente com Roque da Costa, visto que também ficou ferido na mão pois um dos tiros saiu pela culatra da arma.

Gomes da Costa após o seu sucesso em debelar os revoltosos de Goa foi enviado para Moçambique em 1897, de modo a participar nas Campanhas de Pacificação de Moçambique, na região de Macontene.

Para se chegar às tropas adversárias da região, de modo a pacificá-la foi necessário atravessar o rio Chengane, sendo a maioria do percurso realizado durante a noite, com mato alto e pouca visibilidade o que dificultava a passagem das tropas portuguesas: “E a marcha prossegue; atravessa-se o rio a dois de fundo, sôbre a ponte improvisada, que verga sob o peso da gente, e

[36] Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa.* Lisboa, p. 46

passada ela, alarga-se o passo, corre-se para cerrar sôbre a frente. O capim, alto e grosso, dificulta a marcha."[37]

As tropas portuguesas chegam ao rio Limpopo, onde é verificado que as tropas adversárias estão a fugir e a tomar posições de combate e as tropas de Gomes da Costa, comandadas por Augusto Mouzinho de Albuquerque, Governador-Geral de Moçambique fazem o mesmo: "— Já nos viram, estão a formar! Há uma sensação maior de frio; um arrepiosito percorre a coluna vertebral. Os pescoços alongam-se, os olhos dilatam-se, procurando avaliar, contar o inimigo. — Ena tantos! — Ora; também eram muitos em Coolela e em Marracuene. — Olha a formarem! Parecem brigadas! Nisto, de dentro da coluna eleva-se uma voz: — Alto! Formar quadrado!" [38]

As tropas portuguesas ao se aperceberem que as outras tropas se aproximavam a um ritmo bastante alto é autorizado o uso do fogo quando ambas as tropas estão a cerca de 50 metros de cada uma foi autorizado o uso do fogo: "o intervalo é apenas de 50 metros... o nervosismo dos nossos homens atinge o máximo; trava-se uma luta terrível entre o sistema nervoso e a disciplina que dura segundos e parece durar séculos… E com a sua voz seca, aguda, enérgica, solta a terrível ordem: — Fogo"[39]. Os combates foram um sucesso para as tropas portuguesas, pois os adversários retiraram: "E o inimigo? que é dêle? Grupos dispersos, correndo a tôda a velocidade, a procurar um refúgio por detrás da linha de outeiros donde tinham partido".[40]

Para ser dada a machada final, Mouzinho de Albuquerque ordena as suas tropas formarem um quadrado para dar espaço às tropas de cavalaria de modo a que estas realizem o ataque final.

[37] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora pp. 117-118

[38] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora. p. 119

[39] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 123

[40] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora p. 124

Após o sucesso deste ataque existiram gritos de salvas a Mouzinho a Gomes da Costa e ao exército português: "Viva Mousinho! e Viva a Patria!"[41]

Através da descrição mais pormenorizada das companhas de Gomes da Costa em Goa e Moçambique serviram para demonstrar a personalidade de estratega que o mesmo tinha. Sendo possível verificar a sua capacidade de negociar com as autoridades locais. Estas campanhas serviram como experiência para a entrada do mesmo no CEP.

2.3 Gomes da Costa e o CEP

O CEP em chega a França em 1917. É nesta altura que os aliados planeiam a melhor forma de acabar com a Grande Guerra. Surgem diferentes estratégias. França entende que a Grã-Bretanha continue a lutar na Frente Ocidental. Os franceses nomeiam o general Robert Nivelle como comandante operacional dos exércitos franceses. Este acreditava que era possível derrotar a Alemanha na Frente Ocidental. As ofensivas por parte das tropas inglesas e francesas teriam a missão de obrigar os alemães a retirar da zona do Somme, esperando que isso fosse o início do fim das tropas alemãs.[42]

Mas a estratégia de Nivelle foi um desastre, pois os alemães tinham reforçado a zona e as tropas aliadas perderam muitos homens, tendo os franceses em poucos dias perdido 130 mil homens e isso levou à amotinação do Exército Francês: "A ofensiva francesa foi um desastre desde o primeiro momento. Os alemães conheciam-na e tinham reforçado a zona, formando uma reserva de 17 divisões na sua retaguarda…Nivelle é afastado e substituído pelo general Pétain, a 29 de abril de 1917. Os franceses sofrem 130 mil baixas"[43]

O CEP está colocado na zona de Lille (entre junho e agosto de 1917). E nesta fase é pedida aos ingleses para manterem a ofensiva sobre as tropas alemãs.

O CEP toma conta da frente de Messines e a Grã-Bretanha mantém a ofensiva na Frente Ocidental.

Ao mesmo tempo que o CEP ocupava o setor da frente da batalha com um batalhão, em Lisboa ocorriam distúrbios que começaram em 19 de maio ("Revolução da Batata"), tendo como pretexto o aumento do preço da batata, tendo havido a necessidade de decretar a lei marcial

[41] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora. p. 125

[42] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política,* Fronteira do Caos. p. 194

[43] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política,* Fronteira do Caos. p. 196

devido aos intensos tiroteios, onde se misturavam civis e militares e ouviram-se gritos de antiguerra. É necessário referir que durante estes confrontos morreram 200 pessoas. António José Telo indica que: "o ministro Carnegie[44] envia vários telegramas para Londres a descrever a surpresa e o terror em toda a cidade. No final refere que os jornais foram proibidos de publicar o número de mortos e feridos, mas «fontes seguras» ligadas ao Governo mencionam pelo menos 200 mortos e bastantes feridos."[45] Este descontentamento foi, segundo o ministro britânico, provocado pelos erros do governo do Partido Democrático que não fazia o racionamento dos cereais de forma honesta. O governo republicano português estava isolado, pois a forças de oposição laçam movimentos antiguerra e contra a fome. A corrupção e a deficiente distribuição dos produtos alimentares levavam a que frequentemente os armazéns ficassem vazios e a população ficava com fome.

A Grã-Bretanha decidiu fornecer a Portugal 2 mil toneladas de cereais, o que ajudou até começar a campanha das colheitas de verão. A situação acalma um pouco, mas o governo português está cada vez mais isolado internamente e é alvo de desconfiança do aliado inglês.

No outono de 1917, na mesma altura que o CEP assume as responsabilidades como corpo de Exército no conflito mundial, também em Portugal a crise financeira agudiza-se. O Tesouro Britânico só em agosto de 1917 financiou a título excecional a participação dos elementos do CEP em França.

O governo português vê-se completamente dependente do apoio financeiro britânico, pois a situação é aflitiva devido à escassez de abastecimentos e temia-se uma revolução. No final do verão de 1917 a situação interna é muito complicada, pois as colheitas de verão já escasseavam e em setembro dá-se uma greve geral, cabendo ao exército a responsabilidade de patrulhar as ruas. Entretanto, a greve dos Correios causa grandes constrangimentos, tendo Norton de Matos sido obrigado a decretar uma mobilização para patrulhar as ruas e assim garantir alguma ordem. A greve dos Correios causa grandes constrangimentos afetando mesmo a comunicação com os elementos do CEP. Esta comunicação com o exterior, nomeadamente com o CEP só foi possível a partir da estação de Carcavelos, operada por ingleses. As greves só no fim de setembro, após o Governo ter sido obrigado a aceitar reivindicações dos grevistas. [46]

[44] Ministro britânico entre 1913-1924
[45] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. p. 199
[46] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. p. 202

Norton de Matos, comandante do CEP, tinha nomeado Fernando Tamagnini para comandar o CEP, pois tinha a fama de ser disciplinador e obediente ao comandante. Além disso não tinha ligações políticas conhecidas, era um militar ferrenho e não dava ouvidos às teorias antiguerristas. Para ele, os militares não deviam fazer política e admirou-se por ver o apoio de Simas Machado e de Gomes da Costa a Sidónio Pais.

O segundo general do CEP é Gomes da Costa. É um líder militar muito experiente, popular e ambicioso. Era respeitado, pois dava o exemplo nos campos de batalha e era conhecido pela sua coragem, dando prova também em França, pois em pleno campo de batalha muitas vezes com granadas alemãs a explodir, dava palavras de alento, sem se refugiar, dizendo que um general não se esconde "Um general não se abriga."[47]

Gomes da Costa era antiguerrista, mas defendia que era dever por razões patrióticas ajudar no esforço militar. Em 1917, tinha a patente de coronel e era simpatizante da República, foi membro fundador do partido Sidonista (1918). Gomes da Costa também se destacou no Partido Radical Republicano (1924), mas não simpatizava com os radicais republicanos, vindo a ser mais tarde o líder do movimento de 28 de maio de 1926.

Norton de Matos escolheu Gomes da Costa pois era importante ter um líder militar em que os soldados confiassem. O outro motivo para Norton de Matos ter escolhido Gomes da Costa, foi este não ter ligações aos monárquicos radicais e defendia que o esforço militar e de guerra tinha de ser apoiado. Norton de Matos também achava que poderia controlar Gomes da Costa, mas isso não ocorreu, pois este tinha uma personalidade muito forte. O general Gomes da Costa é reconhecido grande mérito militar por parte dos ingleses que com ele concordam. O CEP para não ter grandes perdas humanas e ser eficaz só pode ter uma divisão na frente e outra em apoio na retaguarda. Os ingleses são da opinião que deve ser Gomes da Costa a comandar a divisão, pois só a ele reconhecem mérito militar.

[47] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. p.208

O CEP contava também com outro general: Simas Machado, deste Norton de Matos esperava que fosse o seu general político que ao contrário de Gome da Costa, Simas Machado mostra pouca preocupação com os seus homens e nada interessado em liderar. Os ingleses não têm boa impressão dele como líder militar da 2º divisão de infantaria.

E quando esta em abril de 1918 avança para a frente, os ingleses exigem que haja uma troca de comando e seja Gomes da Costa a comandar as operações.

Fernando Tamagnini revoltava-se ao ver que o Ministério contrariava muitas das suas decisões.

O Comando do CEP estava pois muito controlado, pois para além de os generais estarem divididos entre si, pois tinham personalidades muito distintas; também era controlado pela polícia política do Estado Maior e pelo Ministério da Guerra. Como se isto não bastasse também era controlado no terreno a nível operacional pelo comando britânico, não tendo assim autonomia de decisões estratégicas sobre o teatro de operações.

Na realidade, o objetivo de Norton de Matos era não dar qualquer hipótese ao CEP de ter um comando forte, que pusesse em risco o regime político do governo. Norton de Matos usou os generais e o CEP como instrumento e favorecia os generais guerrista em detrimento da eficácia das manobras militares o que provocava descontentamento e pedidos de exoneração.[48]

Os ingleses apercebem-se do mal-estar vivido no seio do CEP e o general Haking, acha que Gomes da Costa é o general mais bem preparado para os desafios da missão, pois prioriza a eficácia militar em detrimento das "politiquices".[49]

Os ingleses fazem chegar aos seus representantes em Lisboa (liderados por Barnardiston), que Gomes da Costa deveria ficar à frente do CEP.

Gomes da Costa gosta de se sentir valorizado pelos britânicos e agrada-lhe a ideia de ser ele a comandar o CEP, pois como estratega faz-lhe sentido o plano britânico de reduzir o CEP a uma divisão na frente e outra na retaguarda. Desta forma o contingente militar fica mais facilmente enquadrado no exército britânico e seria mais eficaz, tal como Gomes da Costa pretenderia.[50]

---

[48] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política,* Fronteira do Caos. p.211

[49] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política,* Fronteira do Caos. p.214

[50] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política,* Fronteira do Caos. p.214

A Norton de Matos não agrada nada esta grande cumplicidade entre os britânicos e Gomes da Costa, por isso apesar de desejar demitir de forma desonrosa o general, mas não o faz, pois como político que é sabe que tem de ser cauteloso, pois Gomes da Costa é muito popular entre os soldados e tem o apoio britânico, a quem não convém desagrada, sendo que a única preocupação de Gomes da Costa é que do ponto de vista militar o CEP seja o mais eficaz possível, tal como os ingleses recomendam.

Cria-se um ambiente muito pesado, onde de um lado está Gomes da Costa, suspeito de conspirar com os ingleses e do outro Roberto Batista e os generais.

Nos fins de 1917, devido ao clima de desconfiança existente no CEP começam a chegar ao Estado Maior pedidos de exoneração, com a exceção de Tamagnini. Muitos comandos intermédios chegam à conclusão de que nunca deveriam ter ido para França, pois os homens no terreno são os que mais sofrem com a falta apoio logístico de Lisboa. Norton de Matos percebe que não consegue controlar o CEP e que este não está a servir os objetivos que ele esperava (para ele o CEP não era mais do que uma fachada, um instrumento político para ficar nas boas graças dos aliados e obter resultados políticos.).

O tenente-coronel Ker, um mês após as tropas do CEP chegarem a França, elabora um relatório onde já identificou as graves condições do contingente, que vão desde os oficiais não acompanharem os homens, à falta de disciplina e também incompetência de alguns oficiais. No entanto reconhece alguns oficiais e soldado têm vontade de aprender. Os ingleses rapidamente se apercebem da necessidade de dar formação e treino aos membros do CEP, mas o Estado Maior do CEP não quer aceitar, pois considera que os seus oficiais têm toda a competência de treinar os seus homens. Temos, pois, uma situação de medição de forças em que os ingleses se apercebem que as tropas portuguesas precisam da formação dos oficiais britânicos, algo que Tamagnini concorda, mas o Estado Maior não é desta opinião. Assim o CEP está condicionado pelos poderes políticos, Tamagnini também concorda com Haking, que refere que o CEP está desfalcado de oficiais e existem unidades que têm de ser comandadas por oficiais britânicos, mas o Estado Maior vai contra a convenção assinada, Haking percebe que Tamagnini está refém de Lisboa: o general português é constantemente repreendido por Norton de Matos.

Só no general Gomes da Costa, Haking vê competências para tratar dos assuntos no CEP, pois como militar de carreira só lhe interessa a eficácia do contingente.

Na verdade, os britânicos em França estavam obrigados pelo seu governo a aceitar o CEP, bem

como a dar-lhe um setor na frente, mas para segurança de todos os envolvidos tinham de se assegurar de que os portugueses estavam à altura das exigências desta guerra, Gomes da Costa foi o homem que ganhou destaque junto dos ingleses, pois consideravam ser um dos poucos militares competentes e que sabia preparar bem os homens sob o seu comando.

Gomes da Costa, foi, no entanto, ameaçado de expulsão desonrosa do exército caso continuasse a contactar diretamente com os britânicos. Estes por sua vez rapidamente se apercebem que muitos oficiais do CEP não se identificam com o poder executivo de Lisboa.

A partir de 20 abril o recém-promovido coronel Roberto Batista negoceia com os britânicos e as primeiras unidades portuguesas assumem a responsabilidade de um setor na frente, sendo que a 21 de abril é formada a 1ª Divisão do CEP, tendo Gomes da Costa assumido o seu comando como coronel.

A 25 de abril de 1917 é atribuído a um batalhão português um setor na frente este batalhão é também comandado por um brigadeiro britânico, com o desagrado do general Tamagnini, pois este considera que um batalhão português não pode ser comandado por um brigadeiro britânico, apesar de ser mais experiente.

O comando militar britânico, considera que devido aos problemas no seio do CEP, a 1ªDivisão só poderá segurar um setor calmo na zona de guerra.

A 28 de maio de 1917 Gomes da Costa, que comanda a 1ªDivisão Portuguesa, fica colocado em Lestrem.

No início de junho são registados combates significativos, com perdas humanas dos dois lados. Tendo sido o combate mais relevante registado na noite de 12 para 13 de julho, onde a artilharia alemã metralha os setores ocupados por portugueses entre as 19:45 e as 24 horas. Os alemães conseguem fazer recuar os portugueses por algum tempo, mas estes conseguem recuperar o terreno. No dia seguinte o marechal Haig encontra-se com Gomes da Costa felicitando-o pela sua eficácia. O contingente do CEP também sofre com os defeitos de fabrico das munições fornecidas pelos aliados.[51]

Entretanto Haking faz saber ao comando do CEP que a força portuguesa sofre com o pouco empenho da sua liderança e que o motivo deste pouco empenho é político.

[51] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. p. 265

Foi a partir de setembro que a Grã-Bretanha propôs oficialmente reduzir o CEP a uma só divisão na frente e outra em apoio na retaguarda, algo que já tinha sido falado com Gomes da Costa que como militar competente também já tinha dito que esta solução era a mais indicada para que o CEP tivesse mais eficácia.

Norton de Matos cada vez mais frágil politicamente já não se atreve em repreender Gomes da Costa por este ter o apoio dos britânicos.

Em fins de setembro de 1917, quando o comando do CEP teria de assumir um setor no terreno os três generais do CEP, um pede demissão, outro é ameaçado de expulsão e outro recusa a cumprir com as ordens vindas de Lisboa.

Os militares britânicos em França desejavam dispensar do CEP, mas como isso não era politicamente possível passaram a fingir que enviavam as ordens para a 1ªDivisão pelos canais oficiais, ou seja, via EMCEP como era pedido por Portugal, mas na verdade tratavam diretamente com Gomes da Costa.

Fernando Tamagnini vê-se impotente para solucionar o estado em que o CEP se encontrava: vigiado pelo EM que atua como uma polícia política, apenas preocupado com a convenção e com um corpo de oficiais em que a maioria dos membros estão pouco empenhados. Queixa-se para Lisboa da falta de muares, da falta de oficiais e não consegue impor a disciplina e tal como foi dito atrás ainda tem de lidar com os generais que não se entendem. Norton de Matos responde que nada pode fazer, pois não tem navios para o envio de meios. Além disso está muito preocupado pois depende cada vez mais dos britânicos para manter o poder em Lisboa, não podendo contrariar as ordens dos britânicos.

A 11 de julho a 1ªDivisão integrada no 11ªCorpo comandada por Gomes da Costa assume oficialmente a responsabilidade de um setor na frente e como militar experiente que é, rapidamente se apercebe que está desfalcado de meios (faltam 80 oficiais, 400 sargentos e 4500 homens), e informa Tamagnini que visto que de Lisboa não virão reforços em tempo útil a melhor opção será manter a 1ªDivisão na frente e a 2ªDivisão que estava muito incompleta em apoio na retaguarda, para fazer a rotação de meios.[52]

Tamagnini sugeriu recorrer a promoções rápidas, de modo a incentivar os homens, mas Gomes da Costa, que privilegia a eficácia, diz que as promoções não conferem capacidades e experiências. Tamagnini queria obedecer a Lisboa, pois ao governo só interessa manter a 2ªDivisão na frente, quanto mais não seja para manter as aparências.

Tamagnini também está extremamente preocupado não apenas pela falta de quadros, mas também com a moral dos homens e sobretudo com a falta de empenho dos oficias.

Escreve o comandante do CEP: "… custa tanto ver os pobres soldados, cheios de valentia e coragem, comandados por alguns tipos que até me metem nojo. Agarram-se a tudo para fugir ao cumprimento do dever."[53] Estas palavras demonstram que Tamagnini estava refém das ordens de Lisboa, às quais não podia desobedecer, pois Tamagnini queira colocar oficiais mais experientes a comandar as várias divisões do CEP.

Entre janeiro e abril de 1918 o CEP, estava colocado nas trincheiras em La Lys, onde os alemães insistiam em desgastar as tropas aí colocadas. A partir de março de 1918 os homens aí colocado já mostravam sinais de exaustão. Entre 2 de março e 8 de abril de 1918, os portugueses defrontaram as tropas alemãs em seis combates. O comportamento das tropas portuguesas levou o general Gomes da Costa, comandante da 1ªDivisão a louvar seis militares com medalha Cruz da Guerra, tendo também louvado por comportamento exemplar os batalhões de infantaria 9 e 34.[54]

Gomes da Costa, encontrou nos louvores uma forma de motivar os militares, pois receava que os alemães aproveitassem a fragilidade das tropas do CEP.

---

[52] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. pp. 271-272

[53] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. p.262

[54] Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Fronteira do Caos. pp. 382-388

A 9 de abril de 1918 ocorreu a última batalha do exército português. O setor português de La Lys sofreu uma tremenda ofensiva por parte dos alemães, tendo sido destruídas as comunicações entre a frente a retaguarda. A ofensiva alemã tinha começado às 4 e 15 da manhã e às 13 horas já não se ouviam as peças de artilharia portuguesas devido à falta de munições. Gomes da Costa liderava a 2ª Divisão, após o golpe de Sidónio Pais em Lisboa, foi nesta divisão que os ataques alemães ocorreram. Nestes ataques segundo as estimativas do CEP as perdas humanas foram à volta de 7 mil homens, só não foram maiores devido à estratégia militar de Gomes da Costa no terreno.[55]

Posto isto, foi possível através da análise deste capítulo, deduzir a personalidade de Gomes da Costa, que era motivadora, preocupada com o bem-estar dos seus homens e não demonstrava qualquer medo, tendo como base a disciplina e a dedicação que era transmitida para os seus homens nos campos de batalha. Isto é demonstrado no episódio acima relatado, quando foi ferido em combate. Na sua campanha com o CEP, Gomes da Costa percecionou o despreparo das tropas portuguesa, por falta de apoio vindo de Lisboa, situação que ele tantas vezes protestou junto do CEP e do Estado-Maior do Exército de Lisboa.

Com a análise deste capítulo foi possível constatar que Gomes da Costa alegava colocar o sentimento patriótico acima de tudo e de todos e apesar de ser pressionado por Lisboa, especialmente aquando da sua estadia no CEP, em que o mesmo era constantemente condicionado e intimidado pelas políticas de Lisboa. Mas as responsabilidades inerentes no comando do CEP levaram-no a desafiar as ordens vindas do governo.

[55] Fraga, L. A. (2010), *La Lys a batalha portuguesa. Em Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, Quidnovi, Lisboa. pp. 416-419

3. A Imprensa portuguesa e o papel de Gomes da Costa no 28 de maio

Neste capítulo iremos analisar o modo como o golpe militar de 28 de maio de 1926 e, posteriormente, o derrube de Gomes da Costa a 9 de julho de 1926, foram descritos nos principais jornais portugueses: o *Diário de Lisboa*, mais favorável a Gomes da Costa e *A Capital*, jornal republicano, mais crítico da sua atuação.

Numa primeira análise é possível verificar que ambos os jornais têm posições distintas sobre o Movimento de 28 de maio de 1926 que precedeu o Estado Novo e assim como sobre a ação Gomes da Costa.

Com esta análise procuramos aferir quais foram as principais preocupações que seriam sentidas pela sociedade e às quais a imprensa pretendia dar resposta.

É possível verificar que só um dos jornais foi alvo de censura (*A Capital*), por ter opiniões mais críticas contra os governos saídos do 28 de maio.

3.1 Como o jornal *Diário de Lisboa* noticiou o Golpe militar de 28 de maio de 1926

O jornal *Diário de Lisboa* noticiou o golpe nos dias 28, 29 e 30 de maio de 1928.

No dia 28 de maio de 1926 o jornal notícia o golpe referindo a incerteza e as repercussões do mesmo e como a população reagiu. Esta pensava que a revolta só estava circunscrita em Braga.[56]

À hora que o jornal foi escrito (14:00h) é referido que no dia anterior teria rebentado em Braga um movimento revolucionário. Este movimento foi comandado pelo general Gomes da Costa, havendo incerteza sobre o que se iria passar e qual seria a sua extensão: "O que poderia ter sido o movimento militar ou virá a ser- segundo algumas pessoas podem acreditar- é assunto que, por partir de hipóteses ou de previsões falhadas, não pode ser objeto de noticiário seguro"[57]

No jornal é questionada qual a extensão do movimento e se este iria ficar pela cidade de Braga ou se também as divisões de outras cidades, como Tomar, Vila Real e Évora se iriam juntar a

[56] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258 (2025-9-28) p. 1

[57] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258 (2025-9-28) p. 1

este movimento. É referido também que era previsível que existisse uma mudança na administração pública e uma mudança no rumo que o país estava a atravessar devido aos contantes confrontos políticos, sobre a forma de governar o país. Podemos verificar isto através dos manifestos publicados antes do golpe, dos quais não estão presentes neste jornal.

Segundo declarações do governo, esta revolta iria ficar circunscrita e debelada em Braga. Para isso o governo português enviou tropas de Valença e do Porto para se encontrarem com as tropas revoltosas de modo a tentar demovê-las da revolta.

Apesar do descontentamento da população com o rumo da República, uma eventual revolução era receada, devido às eventuais perdas humanas. O *Diário de Lisboa* referia que as revoluções não agradavam à população e que "a perspectiva de vêr correr sangues de homens da mesma pátria, apavora-o, não por covardia moral, mas, principalmente, pela convicção da inutilidade de esforços isolados, cavando mais fundo as dissenções entre portugueses".[58] O próprio governo desvalorizou o ocorrido, pois acreditava que fosse mais uma tentativa falhada semelhante ao 18 de abril de 1925, achando que seria desnecessário decretar medias excecionais para Lisboa.

O jornal faz referência ao número de tropas revoltosas bem como às tropas enviadas pelo governo para tentar debelar esta revolta contra o atual governo português.

Como abaixo irei discriminar pode-se afirmar que pelo número de meios envolvidos, esta foi uma situação muito preocupante para o país, pois existia o risco de uma Guerra Civil.

O *Diário de Lisboa* descrimina as tropas revoltosas e as tropas enviadas pelo governo: "Eis as forças da 8ª divisão revoltada: Infantaria nº8 com 42 oficiais; Infantaria nº29 com 45 oficiais; parte do regimento de infantaria composta por 20 recrutas; Inspeção de engenharia; Inspeção de serviços administrativos; Cavalaria nº11 com 22 oficiais; Distrito de Recrutamento; Recenseamento de animais e veículos; Batalhão nº6 da Guarda Republicana com 10 oficiais revoltosos; Quartel general composto pelo comandante general José Domingos Peréz, chefe do Estado Maior tenente coronel António de Sousa Guedes Cardoso Machado."[59] As tropas revoltosas da 8ªDivisão de Braga têm uma força de 2000 homens.

[58] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258 (2025-9-28) p. 1

[59] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258 (2025-9-23) p. 1

Em relação às tropas enviadas pelo governo português estas têm uma força de 2000 homens, mas possuem algum poder de artilharia.

O mesmo jornal refere que o Conselho de Ministros se reuniu com o Governo Civil às 13 horas de 28 de maio de 1926, para debater os acontecimentos ocorridos em Braga. O governador civil de Lisboa Barbosa Viana referiu ao jornal *Diário de Lisboa,* que o ato revolucionário era de pouca importância e não se iria alastrar para outros quarteis, pois o mesmo afirma que as tropas, entretanto enviadas para o Porto, para debelar o movimento serão suficientes para a rendição das tropas revoltosas.[60]

Através da leitura do jornal é possível constatar que corria um boato de um eventual movimento revolucionário viesse ocorrer também em Lisboa. Isto já era do conhecimento das autoridades oficiais, que teimavam em esconder este possível acontecimento, mas precaveram-se ao colocar de prevenção forças terrestres e marítimas e a Guarda Nacional, o que na realidade, demonstra a preocupação do governo sobre o eventual contágio destes acontecimentos.

É possível deduzir que apesar do governo continuar a desvalorizar os acontecimentos em Braga e os crescentes boatos as medidas preventivas começam a surgir: "a Polícia exerceu uma rigorosa vigilância que entravam na Camara dos Deputados para assistir á sessão, sendo grande quantidade de armas de fogo- revolveres e pistolas- que se juntaram no bengaleiro, para guardar, visto não ser permitida a entrada de quem se apresentasse armado".[61]

O *Diário de Lisboa* informa os seus leitores sobre a situação vivida em dois locais, nomeadamente em Évora, Alfeite, Porto e Queluz.

No caso de Évora, é referido pelos passageiros que chegaram ao Terreiro do Paço às 13 horas, que não se aperceberam de que uma revolta estaria a ocorrer na sua cidade. Mas a verdade é que a 4ª Divisão do Exército não responde aos telegramas enviados pelo governo.

Isto é demonstrativo que o movimento estava restrito aos quartéis.

No caso na base do Alfeite, o jornal refere que é visível qualquer início de revolta.

---

[60] Entrevista do *Diário de Lisboa* ao Governador Civil de Lisboa in (1926), "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258 (2025-9-28) p. 1

[61] 1926), "Diário de Lisboa", nº 1577, Ano 6, Sexta, 28 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31258 (2025-9-23) p. 5

Já na cidade do Porto a noite foi de ansiedade, com as tropas de guarnição, Cavalaria nº1, Infantaria nº18, Guarda Republicana, Infantaria nº31 e artilharia da Serra do Pilar, pois estão de prevenção.

Em Queluz o Pelotão de Infantaria 1 e o Esquadrão de cavalaria 2 juntaram-se ao grupo de Baterias a cavalo como medida de prevenção.

O *Diário de Lisboa* faz referência às tropas revoltosas. Algumas estão concentradas a sul, em Estremoz sob o comando do General Carmona e também a Norte em Braga, sob o comando do general Gomes da Costa.

No Ministério da Guerra só é autorizada a entrada dos chefes das repartições militares.

O mesmo jornal também refere que o governo civil de Lisboa prendeu cinco civis radicais.

No dia 29 de junho de 1926, o jornal refere que inicialmente para o governo a revolução estava circunscrita a Braga, mas isso não era verdade, pois foi noticiado no dia anterior que a revolução se alastrou para outros quarteis. É noticiado também que o governo está preocupado com o ambiente existente em Mafra, visto que lá as tropas são favoráveis à revolução, mas mantém-se com uma atitude correta.

É referido que o governo colocou em vigor a censura, mas o *Diário de Lisboa* não será afetado pois segundo o mesmo, ele só notícia factos confirmados: "(…) informamos noutras páginas o que nos chega, não por boatos, mas por nossos delgados, enviados especiais, redatores e informadores". [62] Para o *Diário de Lisboa* a censura é compreensível quando existe um período de suspensão de garantias. O problema é quando a censura é violenta e utilizada como instrumentalização do governo pode beirar a ditadura, de acordo com o mesmo jornal: "A censura violenta, exercida apenas num sentido exclusivista governamental, contra a verdade, contra as realidades insofismáveis, contra o direito de imprensa, contra as intenções honestas do jornalismos, contra o público-é uma sorte da ditadura, (…)."[63]

Neste dia o jornal publicou uma edição especial na qual Gomes da Costa, o líder do golpe é entrevistado.

[62] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p. 1

[63] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p. 1

O enviado especial do *Diário de Lisboa* chega com o seu motorista a Braga a 29 de maio para entrevistar Gomes da Costa e encontra a cidade calma sem qualquer sinal de que uma revolta estaria a acontecer. São abordados por um sargento que estava num posto de vigilância, que lhes pede a identificação. São autorizados a entrar e atravessam o Arco da Rua Nova para chegarem ao quartel-general, onde foram abordados por outro sentinela. O enviado diz que pretende entrevistar o General Gomes da Costa, mas o sentinela diz que Gomes da Costa não está presente e foi jantar no Grande Hotel. O enviado encontra-se com o general Gomes da Costa e acertaram que a entrevista devia ser mais tarde e conversaram sobre o que estava a acontecer em Lisboa, soube-se também com esta reunião que nenhum tiro foi disparado e que toda a 8ºDivisão obedecia a Gomes da Costa.

Durante a viagem do jornalista enviado pelo *Diário de Lisboa* a Braga, o mesmo quando chegou ao Porto foi logo questionado se tinha notícias de Lisboa. É referido também que o ambiente na cidade era pesado, havia vários jornais afixados onde se amontavam várias pessoas. Isto é demonstrativo do sentimento de preocupação que já pairava dentro da sociedade civil.

Segundo o *Diário de Lisboa* existem 2 colunas que são fiéis ao governo para irem em direção a Braga: "Sabia-se que em Ermezinde se concentravam duas colunas fieis ao governo para marchar sobre Braga"[64] O ambiente na cidade do Porto era favorável ao movimento de Gomes da Costa, apesar de algum nervosismo e ansiedade: "E o Porto aguardava os acontecimentos com certo nervosismo. Pode, no entanto, afirmar-se que o ambiente era favorável ao movimento."[65]

É noticiado ainda que a primeira coluna para combater as tropas de Gomes da Costa sai de Ermesinde às 14 horas, sendo composta pela Infantaria 6 e 31, um esquadrão de cavalaria da Guarda Republicana e uma divisão de artilharia com duas peças e era comandada pelo tenente-coronel Leal de Magalhães, sendo o comandante de artilharia Marquez Ficalho.

Passadas 3 horas sai a segunda coluna, que era composta pela Infantaria 18, uma companhia de saúde e uma divisão de artilharia com duas peças. Esta coluna era comandada pelo coronel David Rodrigues.

[64] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p. 3

[65] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3

É relatado que algumas pessoas saíram de casa para verem o que se estava a passar e também foi relatado que algumas mulheres choravam, pois, os seus maridos foram chamados para entrar nas colunas, o que demonstra mais uma vez o sentimento de receio de uma guerra civil.

O carro do repórter seguiu por algum tempo atrás da coluna militar, mas como estava com pressa seguiram por outro caminho, deixando a coluna para trás e os vários curiosos, visto que a coluna atravessa várias aldeias e a população queria saber o que estava a acontecer. Mais uma vez isto demonstra a preocupação sentida pelo povo relativamente ao que poderá vir a ocorrer: "Quando chegámos a Ermezinde, vimos desenrolar, ao longo da estrada, o cortejo militar, que levantava uma nuvem de poeira. Á beira dos caminhos, sobre os muros e á porta dos casais acorria gente, para ver passar a coluna em pé de guerra. Algumas mulheres choravam" [66]

O *Diário de Lisboa* descreve através de uma breve reportagem as movimentações de Gomes da Costa na sua preparação do golpe e as suas intenções. É referido no jornal que no dia 27 de maio de 1926, um carro chega às 17 horas à casa onde Gomes da Costa pernoitou. Gomes da Costa entra no carro e segue para Paialvo, pois era a partir daí que o mesmo iria apanhar o comboio para a cidade do Porto. Este foi plano alterado e o general foi de carro de Coimbra para o Porto. Gomes da Costa chega ao Porto e participa numa conferência de oficiais que representavam as unidades da guarnição. É nesta reunião que Gomes da Costa conta as suas intenções de se revoltar contra o estado português. Alguns destes oficiais estavam de acordo com Gomes da Costa e outros apesar de serem contra as intenções do general, prometeram não hostilizar contra o mesmo: "Na quinta-feira, durante o dia, o general Gomes da Costa com oficiais superiores que representavam a maioria das unidades da guarnição. Alguns comprometeram-se a colaborar no movimento. Outros prometeram não hostilizar".[67]

Gomes da Costa sai do Porto por volta das 20:30 e chega a Braga, onde se instala numa casa particular. Aí tem uma reunião com vários oficiais que são favoráveis à sua causa, tendo sido atribuídas diferente ordens a cada oficial presente na reunião: "ás 20:30, o mesmo automóvel que o trouxe de Lisboa, partia com ele para Braga (…) o general Gomes da Costa instalou-se numa casa particular. Diante dele desfilaram dezenas de oficiais de todos os corpos da

---

[66] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3

[67] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3

guarnição, que se colocaram inteiramente a seu lado. Deram-se ordens. Combinaram-se logo serviços."[68]

De acordo com o jornal é assumida a rebelião num encontro entre o tenente Pinto Correia e o General Peréz, que era comandante da 8ª Divisão de Braga. Neste encontro Pinto Correia informa que a divisão estava a sublevar-se tendo como comandante o general Gomes da Costa. O general Peréz ao saber desta revolta compromete-se a não hostilizar contra Gomes da Costa e que o mesmo se manteria no quartel. Para justificar esta atitude o general Peréz enumera duas razões: 1ª O exército era a única força capaz e organizada para intervir nas decisões/ destinos da nação; 2ª Gomes da Costa segundo o general Peréz é uma figura militar ilustre, pois foram antigos colegas. Para além disto, segundo o mesmo general, Gomes da Costa é a única esperança de manter o republicanismo vivo.

É nos dito que Gomes da Costa chega ao quartel de infantaria 28 pelas 06:15 da manhã, do dia 28 de maio de 1926, onde é recebido em festa: "Este resultado tão lisonjeiro, duma démarche sobre a qual alguns oficiais tinham dúvidas. Encheu de alegria o general Gomes da Costa que ás seis e um quarto da madrugada se dirigiu ao quartel de infantaria 28, onde foi recebido com entusiasmo."[69] No mesmo dia Gomes da Costa recebe a notícia de que o general Peréz saiu da cidade e dirigia-se para Valença, onde estava a ser preparada uma coluna para contra-atacar as tropas revoltosas: "Pouco depois, porém, chegava-lhe a noticia que o general Perez, apesar das declarações categóricas que tinha feito, saíra da cidade dirigindo-se para o norte."[70] Após Gomes da Costa saber desta retirada, é que chega ao quartel-general, onde vai tomar conta da divisão, visitando os vários quarteis, onde é recebido em festa, "Só então é que o general Gomes da Costa se resolveu a ir ao Quartel General, onde tomou conta do comando da Divisão. Em seguida visitou todos os quarteis, onde lhe fizeram um acolhimento carinhoso" [71]

[68] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3
[69] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3
[70] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3
[71] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3

É referido também que a estação radiotelegráfica de Braga comunicou que o general Gomes da Costa era neste momento o comandante de toda a Divião de Braga e que as tropas da mesma deviam considerarem-se revoltosas contra o governo. É nos dito também que Artilharia 5 e Infantaria 3 que estavam situadas em Viana foram mandadas marcharem para Nine, onde estava a ser preparada uma concentração das tropas revoltosas. Só uma unidade é que recusou marchar contra as tropas de Gomes da Costa, que foi o grupo de metralhadoras Valença.

Segundo o próprio jornal, Gomes da Costa reuniu-se com o arcebispo de Braga para o informar que a revolta não iria afetar o decorrer das festas religiosas da região, o que poderá demonstrar a preocupação do general em relação à população civil. Também é nos dito que alguns oficiais tinham abandonado a coluna que iria combater as tropas revoltosas de Gomes da Costa, mostrando assim que as tropas favoráveis ao governo têm no seu seio alguns oficiais favoráveis às pretensões do general.

O *Diário de Lisboa* demonstra pois que o combate entre as tropas esteve iminente, referindo que as guarnições de Vila Real, Amarante, Bragança e Lamego também aderiram à causa. Também a Guarda Nacional do Porto que esta concentrada em Gaia não iria oferecer resistência a Gomes da Costa.

O enviado especial do jornal presenceia a procissão das velas na cidade que decorre com normalidade, apesar de estar uma revolta a acontecer. É nos também dito que chega uma divisão de infantaria de Viana e que esta é recebida em festa pela população e pelos camaradas que estão em Braga.

Mais tarde o jornalista encontrou-se com Gomes da Costa no gabinete do general, situado no quartel-general da 8ªDivisão.

Nesta entrevista Gomes da Costa é confrontado com várias questões: Qual é o objetivo e carácter da revolução? Se haverá uma ditadura militar? Quais serão as primeiras medidas deste novo governo? Quem vai ser o próximo Presidente da República? Se existiram combates entre as tropas revoltosas e o exército afeto ao governo? Como ficou a relação de Gomes da Costa com o General Peréz?[72]

À primeira pergunta o General Gomes da Costa respondeu dizendo que a revolução tinha um carácter militar e apartidário e que o seu objetivo era que o exército interviesse na política para

[72] Entrevista realizada por Norberto Lopes a Gomes da Costa no quartel-general da 8ªDivisão, (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-23)

moralizar a administração pública. Na segunda pergunta Gomes da Costa refere que quer criar um governo militar, mas que este seja composto pelas pessoas que dirigiram a revolta, ou seja, de modo que as intenções da revolta não sejam deturpadas. Gomes da Costa nomeia-se como membro do futuro governo e também nomeia Mendes Cabeçadas. Gomes da Costa também nos diz que pretende criar um triunvirato (governo com três homens que têm os mesmos poderes), este seria apoiado pela Marinha e pelo Exército:"-Quais são as pessoas indicada para o governo? – O comandante Mendes Cabeçadas, um oficial superior cujo nome ainda não posso dizer e eu. Constituiremos, assim, um triunvirato, apoiado pela Marinha e pelo Exército, e rodeado de um Conselho Técnico (…)".[73]

Quanto à questão sobre quais seriam as primeiras medidas deste governo, Gomes da Costa, responde dizendo que a primeira medida deste governo seria dissolver o Parlamento e revogar todas as leis que não beneficiem a população em geral: "Que medidas pensam tomar, de momento? A dissolução imediata do Parlamento, que vem exercendo uma acção desmoralizadora sobre os nossos costumes políticos (…) Em primeiro logar, pôr de parte todas as leis feitas com objetivos particulares, que defendam apenas os interesses dalguns indivíduos, contrariando o interesse geral da Nação."[74]

Em relação à presidência da República, Gomes da Costa não sabe ainda quem vai substituir Bernardino Machado: "A Presidencia da Republica? É um ponto delicado que é necessário resolver. O Bernardino Machado, pela atitude que tomou nos últimos tempos vê-se que perdeu muitas daquelas qualidades brilhantes (…) E para o substituir? Escolheremos uma pessoa com as qualidades necessárias (…) Quem? Não sei. Mas temos ainda alguns homens entre os quais se pode escolher."[75] O líder da revolta refere que a representação de Portugal no estrangeiro não terá grandes mudanças, desde que os embaixadores colaborem com os militares "Quanto á

[73] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-28) p.3

[74] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3

[75] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3

nossa representação diplomática no estrangeiro? Serão mantidos os representantes que queiram colaborar comnosco, aqueles que aceitarem as indicações do governo que se constituir."[76]

Gomes da Costa esclarece que não quer combater com as tropas leais ao governo, visto que ele não quer lutar contra irmãos de armas: "Parece-lhe inevitável um encontro de tropas? Não posso responder-lhe. Procuraremos evitá-lo. Não tenho interesse algum em fazer uma guerra contra irmãos."[77]

Em relação à última pergunta, Gomes da Costa elogiou bastante o general Peréz, dizendo que foram ambos colegas de estudo e que achou por bem avisá-lo das suas intenções. Gomes da Costa refere também que ficou surpreendido quando se apercebeu que o general Peréz abandonou a cidade de Braga e foi para Valença com o objetivo de comandar as tropas afetas ao governo de modo a combater as tropas revoltosas: "Fiquei, depois, muito surpreendido, quando soube que se tinha retirado para Valença, onde estava organizando forças para vir ao meu encontro."[78]

O jornal *Diário de Lisboa* refere que o regimento de infantaria 33, que estava no quartel de Lagos saiu do mesmo a 28 de maio de 1926 pelas 6 da manhã, a mando do capitão Amado da Cunha, com um total de 279 soldados, uma secção de metralhadoras e com 15 oficiais e 12 sargentos. Estas tropas embarcaram no comboio em Lagos para seguir em direção a Tunes, para depois embarcarem noutro comboio com destino a Alcácer. É nos dito que este comboio foi mandado parar pelo governo e os passageiros tiveram de esperar por um outro comboio: "Funcheira, 28, á meia noite- Ás 6 horas da manhã de hoje, sexta-feira, 28, o regimento de infantaria 33, aquartelado em Lagos, saiu do seu quartel sob o comando do capitão sr. Amado da Cunha, num total de 279 soldados, com uma secção de metralhadoras, tendo como subalternos 15 oficiais e 12 sargentos, não tendo aderido á revolta o comandante do regimento

[76] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3
[77] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3
[78] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3

e alguns oficiais. Estas forças tomaram logar no comboio nº2, que saiu de Lagos ás 8 e 5 da manhã, chegou a Tunes ás 10 e meia."[79]

O mesmo enviado especial do jornal reporta-nos que em Setúbal está a ser preparada um destacamento militar, com o objetivo de combater as tropas revoltosas. O mesmo também nos informa que quando chegou a Setúbal a 28 de maio de 1926 pelas 11 horas da noite, viu ser preparado este contingente e que um comboio estava a ser preparado para levar estas tropas: "De facto quando eu há pedaço cheguei a Setúbal, 11 da noite, estava sendo organizado ali um comboio especial para transportar forças de infantaria 11 e 16, e de Vendas Novas, para combater os revoltosos do 33."[80]

O jornal refere que o Presidente da República recebeu uma carta de Mendes Cabeçadas no dia 28 de maio de 1926, na qual este pediu para se reunirem de modo que haja um restabelecimento da normalidade vivida antes do movimento. Mendes Cabeçadas não estava disponível para se reunir com o Presidente e por isso mandou o seu irmão o capitão Cabeçadas e o tenente Carlos de Vilhens: "Depois de haver recebido do comandante Mendes Cabeçadas a carta que ontem publicámos em primeira mão, o sr. Presidente da Republica escreveu ao comandante do 19 de julho, no sentido de conversarem e de se encontrar um meio de restabelecer a ordem alterada desde ante-ontem. Como o comandante Cabeçadas não está, em Lisboa, compareceram hoje em Belém, cerca do meio dia, seu irmão, capitão Cabeçadas e o tenente Carlos de Vilhens."[81] É nos dito pelo jornal que a reunião durou uma hora, sendo à porta fechada, pelo que não foi divulgado publicamente o que foi dito nesta reunião. O que podemos deduzir, segundo o jornal é que o Presidente tentou convencer estes oficiais a cessarem as operações, mas eles recusaram, dizendo que a única forma da paz ser restaurada é o Presidente demitir o governo e entregá-lo ao Exército: "A única maneira de restabelecer a ordem é demitir o governo e entregar o poder ao Exercito."[82] O presidente diz que isso é inconstitucional e que o governo tinha capacidade

[79] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3
[80] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-1) p.3
[81] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-2) p.5
[82] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-2) p.5

de derrubar as tropas revoltosas, os dois oficiais mantiveram as suas posições e a reunião foi um falhanço, segundo o jornal.

O governo lança no dia 29 de maio de 1926 várias notas dizendo: que as tropas revoltosas de Caldas se renderam às tropas de Santarém. Mendes Cabeçadas continua preso após a tentativa falhada do golpe de 19 de julho de 1925 e as tropas do Porto e de Évora cumprem ordens do ministro da guerra[83]; uma outra nota é que o governo não censurou a imprensa. O que o governo fez, foi proibir a publicação de notícias falsas de modo a não influenciar a população a revoltar-se contra o governo. Isto prova que para o governo a imprensa poderá ter um papel determinante nas escolhas políticas da população.[84]

É nos dito na edição de dia 29 de maio que as tropas governamentais comandadas pelo tenente Peréz e a coluna do Porto conseguem cercar com sucesso a cidade de Braga, também no dia 29 de maio. É sabido que Gomes da Costa, através de um emissário, pediu que o general Sousa Dias, comandante da divisão do Porto, que este se mantivesse neutral. Ora este pedido foi recusado e o general Sousa Dias disse que iria combater todos os revoltosos e que os iria dominar: "A coluna do general Peréz e a coluna mixta do Porto- segundo comunicação recebida pelo governo- seguem com sucesso a cercar Braga, tendo sido feitos prisioneiras as avançadas dos revoltosos. O general Gomes da Costa enviou um emissário ao general Sousa Dias, comandante da divisão do Porto, pedindo-lhe a neutralidade desta (…) Sousa Dias respondeu que combateria os revoltosos até a rendição, e que ia mandar todas as tropas do seu comando para os dominar."[85]

O Comitê Revolucionário, constituído pelo comandante Mendes Cabeçadas, pelo general Gomes da Costa, comandante Armando Ochoa e o tenente Carlos de Vilhens realça no manifesto que este é um movimento nacional republicano sem nenhum carácter militar e acusa o governo de incendiar a opinião pública e de ter posto o país num estado de miséria: "O

[83] "As forças revoltosas que das Caldas avançavam sobre Santarem, renderam-se sem condições. Nesta cidade continuam presos, idos de Lisboa, vários oficiais revoltosos, entre os quais o comandante Mendes Cabeçadas (…) As Divisões militares do Porto e de Evora, absolutamente disciplinadas, cumprem as ordens do ministro da Guerra" in (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-2) p.5

[84] "O governo não fez censura á imprensa. Lealmente informou as empresas jornalísticas de que apreenderia os jornais que incitassem á revolta ou publicassem noticias falsas" in (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-2) p.5

[85] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-2) p.5

movimento triunfante que ante ontem se iniciou é um movimento nacional republicano sem nenhuma característica militar".[86]

O *Diário de Lisboa* refere que caso as tropas revoltosas saiam vitoriosas deste movimento, o Parlamento será dissolvido, pedindo também que Bernardino Machado não desafie as ações das tropas revoltosas: "-Segundo parece, os revoltosos se triunfarem, dissolverão o Parlamento imediatamente. Não há por parte deles, o propósito de destituir o Chefe do Estado. Essa destituição acarretaria dificuldades e complicações, com as quais não desejam arcar. Mas, para isso, exigem, segundo parece, que o sr. dr. Bernardino Machado não entrave a sua acção, e envide os melhores esforços no sentido de evitar um embate de forças."[87]

Mendes Cabeçadas que é o líder do Comitê Revolucionário, que foi escolhido pelo mesmo para liderar o novo governo compromete-se que o governo saído da revolução tenha o apoio da marinha e do exército e que tenha elementos de todas as fações que tenham participado nesta revolta: "Para presidir a esse governo está indicado o nome do comandante Mendes Cabeçadas."[88]

O governo tenta debelar este movimento revolucionário com envio de tropas de todo o país.

O jornal destaca o caso de duas companhias de infantaria 2 comandadas pelo major Crespo Júnior, que saiu da estação de Alcântara Terra. Este comboio transportava 200 homens, sendo que o major Crespo Júnior transportava uma carta que só seria aberta quando o comboio chegasse a Campolide. O comboio ao chegar a Povoa de Santa Iria é mandado parar pelo governo e regressando a Alcântara.

O mesmo jornal refere que o governo também quis enviar tropas para o Sul do país, mas isso não foi possível pois uma ponte foi levantada em Alcácer do Sal, o que fez com que algumas tropas se tivessem separado.

O movimento revolucionário alastrou-se para outras zonas do país, como é o caso de Vila Real e Coimbra, onde um oficial que não aderiu ao movimento foi assassinado.

---

[86] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-9-23) p.5

[87] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-2) p.5

[88] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-3) p.5

O paradeiro de Mendes Cabeçadas inicialmente é um mistério, pois existem relatos segundo os quais que o mesmo foi preso em Santarém e outros indicam que o mesmo está na cidade a comandar as tropas da companhia de Brito Pais: "Fez-se correr na capital, e o facto consta mesmo de um comunicado com carácter oficioso, que o comandante Mendes Cabeçadas havia sido preso quando se dirigia para Santarém. Outra informação, diz-nos que o chefe do 19 de Julho se encontra nesta ultima cidade, sim, mas comandando forças em companhia do major Brito Pais."[89]

O jornal noticia que os últimos comunicados recebidos confirmam a prisão de Mendes Cabeçadas e do major Brito Pais: "Os últimos comunicados recebidos de Santarém, confirmam, porém, a prisão do comandante Cabeçadas e do major Brito Pais, dizendo que as forças daquela cidade permanecem fieis ao governo, ás ordens dos coronéis Freiria e Choque Júnior e do major Faria Leal."[90]

É nos relatado que as tropas revoltosas da cidade estão a cortar as linhas férreas de modo que as tropas de Freitas Ribeiro não possam passar por Coimbra: "Uma força militar revoltada, declara que estão sendo cortadas as linhas ascendentes e descendentes em vários pontos entre Alfarelos e Coimbra, devendo-se suspender a circulação de comboios." [91]

Segundo o *Diário de Lisboa,* no dia 29 de maio de 1926, Gomes da Costa foi recebido em festa no Porto no mesmo dia, o que é demonstrativo do apoio popular. Na Figueira da Foz existem relatos de que as forças fiéis ao governo foram impedidas de continuar o seu caminho, pois uma estação de comboio foi tomada pelas forças revoltosas.

Em Viana do Castelo é nos relatado que o regimento de infantaria 3 iria a caminho de Braga para se juntar ao regimento de infantaria 8, mostrando apoio a Gomes da Costa. Ora isto é demonstrativo do crescente apoio a Gomes da Costa.

Em Mafra as forças revoltosas estão a caminho de Queluz e as forças fiéis ao governo estão concentradas em Cheleiros.

---

[89] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-3) p.5

[90] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-3) p.5

[91] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1578, Ano 6, Sábado, 29 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31259 (2025-10-3) p.5

O jornal no dia 30 de maio de 1926 refere que a revolta se alastrou para outros quarteis militares do país, dando o exemplo de Coimbra e Vila Real, e que havia também o receio de que as tropas fiéis ao governo e as tropas revoltosas entrassem em conflito entre si: "Encontravam-se comprometidos nele quasi todos os comandos e a oficialidade das divisões de Vila Real e de Coimbra"[92] O jornal refere que a revolta no Sul foi pacifica e que as forças de Évora não quiseram responder aos telegramas enviados pelo ministro a guerra, sobres os quais não foram tornado públicos pelo jornal: "A divisão de Évora, quarta divisão do Exercito, teimosamente, não quis responder a todos os comunicados e determinações de carácter oficial emanados do ministério da Guerra."[93] Estas forças eram comandadas pelo general Óscar Carmona.

A Armada também aderiu de imediato à revolta, visto que quem estava também a comandar uma parte das tropas revoltosas era o comandante Mendes Cabeçadas um dos homens mais respeitados da marinha portuguesa: "A armada manifestou-se tambem desde a primeira hora, simpatisando com o movimento."[94] A Força Aérea também se revoltou tendo Brito Pais como chefe das tropas revoltosas "Igual atitude assumiu a aviação que, pela voz autorisada e prestigiosa de Brito Pais, o realisador do raid Lisboa-Macau, proclamou a sua adesão entusiástica á revolução qua acaba de triunfar."[95]

O jornal no 30 de maio publica uma pequena biografia de Mendes Cabeçadas e do general Gomes da Costa, significando isto que para esta publicação, estes dois militares ganharam, segundo o jornal destaque neste movimento.[96]

[92] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-10-3) p.1
[93] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-10-3) p.1
[94] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-10-3) p.1
[95] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-10-3) p.1
[96] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-10-3) p.1

O *Diário de Lisboa* refere que Mendes Cabeçadas no dia 30 foi o incumbido para criar o governo saído do golpe: "Foi esta manhã incumbido de formar o novo ministério o comandante Cabeçadas que interinamente tomou conta de todas as pastas."[97]

É relatado que o Presidente da República foi abandonado em Belém e não sabia que a revolta não estava controlada, pois o próprio governo estava a esconder através da censura dos jornais que a revolta estava descontrolada e que seria muito difícil reprimi-la: "O governo, no entanto, resistia, e as autoridades forneciam noticias favoráveis á situação do governo- nas quais, contudo, os jornais já seguramente informados, não acreditavam. A Belém, porém, não foi delegado algum comunicar a verdade. Mais de 16 horas esteve o Chefe de Estado isolado das realidades"[98] É noticiado também que algumas divisões destacadas pelo governo para combater as tropas revoltosas também se revoltaram e juntaram-se às forças anti governo, através de uma publicação de um diálogo entre o capitão Machado, oficial da Presidência da República e um chefe de gabinete do Ministro da Guerra: "-A coluna de marinha porque não seguiu para o Norte? Porque está revoltada a Divisão de Coimbra. O sr. Presidente não sabe. E a Divisão de Vizeu? Está revoltada. E há mais revoltas? Há a da infantaria 9, de Lamego."[99] É nos noticiado que as forças revoltosas substituíram as autoridades administrativas e demitiram os governadores civis das cidades para serem colocadas pessoas da confiança destas tropas.

Com o sucesso do movimento militar, é dada a ordem de libertação de Mendes Cabeçadas. O mesmo é entrevistado pelo *Diário de Lisboa*, no dia 30 de maio de 1926. O jornalista pretende esclarecer as motivações do golpe e que caminho o novo governo pretende seguir a nível político, assim como qual foi o papel de Gomes da Costa.

Mendes Cabeçadas refere que foi convidado pelo Presidente da República Bernardino Machado a encabeçar um novo governo, mas não diz com quem conta para organizar esse mesmo governo e afirma que se vai reunir com o Comitê Revolucionário para serem nomeados os ministros: "– O comandante recebeu um convite do sr. dr. Bernardino Machado… Sim. Para organizar um governo nacional. Isto representa a satisfação das aspirações do Exército e da Armada que

[97] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-9-28) p.1
[98] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-9-29) p.4
[99] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-9-29) p.4

interpretaram os sentimentos e os desejos de todo o povo português. Aceitou õ cargo? (…) Tudo depende da conversa que vamos ter."[100]

Também nos diz que Gomes da Costa só aderiu aos revoltosos dois dias antes da revolta: "O general Gomes da Costa… Só entrou para a organização dois dias antes de partir para o cumprimento da missão que tão brilhante executou."[101]

Mendes Cabeçadas refere que quem vier para o governo não pode ser filiado a nenhum partido político e coloca a hipótese de Bernardino Machado continuar em Belém e que levou a este golpe, foi o descontentamento social e o estado lastimoso em que o país se encontrava e as suas instituições, onde o compadrio era normalizado.

O *Diário de Lisboa* publicou uma nota oficial da Presidência da República em que é confirmado o convite a Mendes Cabeçadas para o mesmo presidir o governo nacional.

É também feito um pequeno relato do enviado especial do Diário de Lisboa a Braga. Neste é nos dito que a vigem que o enviado fez do Porto para Braga teve de ter muitas precauções pois ainda estava a decorrer o golpe.

À medida que o golpe ia decorrendo, o jornalista refere que o mesmo ia tendo cada vez mais adesão, fazendo com que as tropas afetas ao governo português desistissem de combater os revoltosos.

Com a análise da cobertura feita pelo DL ao golpe, pode-se constatar que este periódico cobriu o acontecimento de forma exaustiva, nomeadamente através de várias reportagens feitas aos intervenientes do movimento, nomeadamente a Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa e nos locais de maior relevância, onde os factos ocorreram. É possível afirmar que o *Diário de Lisboa* é favorável ao golpe, pois o mesmo refere que este movimento era a única forma de restaurar os valores do 5 de outubro.

[100] Entrevista do *Diário de Lisboa* a Mendes Cabeçadas in (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-9-29) p.4

[101] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1579, Ano 6, Domingo, 30 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31260 (2025-9-29) p.4

3.2 Análise do *Diário de Lisboa* pós golpe de 28 de maio de 1926

Três dias após a data do derrube da I República, o jornal *Diário de Lisboa*, no dia 31 de maio de 1926, já não dá enfâse ao golpe, mas sim aos desenvolvimentos pós 28 de maio. Para isso publica as medidas financeiras propostas pela Junta de Salvação Nacional, após o golpe de 28 de maio, indicando as seguintes medidas: reorganização dos serviços públicos e lei complementar de responsabilidade criminal e civil conexa de todos os agentes do Estado, redução de despesas públicas, regularização das despesas públicas e a simplificação do sistema tributário, desenvolvimento da riqueza nacional e a reorganização imediata dos serviços e coordenação dos planos de fomento coloniais, intensificando o progresso económico e financeiro das colónias.[102]

No mesmo dia é também publicado pelo enviado especial Norberto Lopes, um encontro que teve com Gomes da Costa após este chegar ao Porto, no Grande Hotel, onde é possível verificar que tanto a população da cidade do Porto como os militares presentes na cidade ficaram muito efusivos com a chegada do líder do golpe: "Gomes da Costa erguem apenas quatro vivas: Viva Portugal! Viva a Liberdade! Viva o Porto!"[103]

É relatado também a existência de gritos de apoio ao general Gomes da Costa, quando este chega ao quartel-general do Porto.

Na entrevista concedida ao *Diário de Lisboa* o general Gomes da Costa foi interrogado sobre a forma como foi recebido, ao que Gomes da Costa respondeu dizendo que agora compreendia a necessidade de uma intervenção militar na política, devido ao entusiasmo mostrado pela população: "Está satisfeito com a recepção carinhosa que lhe fizeram. Agora compreendo, mais do que nunca- disse-me ele- a necessidade que havia de intervir nos destinos do país."[104]

Segundo o *Diário de Lisboa* as divisões do exército português marcharam em direção a Lisboa, após Gomes da Costa ter percebido que o movimento foi bem aceite.

---

[102] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1580, Ano 6, Segunda, 31 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31261 (2025-10-3) p.2

[103] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1580, Ano 6, Segunda, 31 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31261 (2025-10-7) p.4

[104] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1580, Ano 6, Segunda, 31 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31261 (2025-10-7) p.4

É também referido, no mesmo dia em que o jornal foi publicado, que o governo civil se encontra ocupado militarmente e o parlamento foi encerrado por ordem do Comité Revolucionário: "O Comité Revolucionário ordenou que não funcionasse o parlamento."[105]

No dia 1 de junho o *Diário de Lisboa* notícia a renúncia do Presidente da República Bernardino Machado, passando o poder executivo a Mendes Cabeçadas, enviado duas cartas ao mesmo, sendo uma a título oficial e a outra pessoal.[106]

É publicada uma pequena entrevista a Bernardino Machado, na qual este justifica quais foram os motivos para a renuncia do cargo de Presidente da República. Indica, pois, que um dos fatores para a renúncia foi o encerramento das Câmaras do Parlamento, como tentativa de manter a confiança no governo ainda em poder, mas tal não foi possível pois essa medida iria ter graves consequências. Para Bernardino Machado era necessária a transferência total de poder para haver uma transição política sem qualquer problema e para tal Mendes Cabeçadas era a pessoa mais indicada para o suceder, pois era uma figura bem vista no republicanismo, visto que o mesmo teve um papel importante no 5 de outubro de 1910. É também noticiada a composição do governo provisório, com Gomes da Costa a ocupar os Ministérios da Guerra, Colónias e Agricultura.[107]

O jornal notícia o encontro entre Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa na cidade do Porto. Este encontro serviu para ultimarem os preparativos para a composição do governo saído deste movimento militar.

É também realizada uma entrevista ao irmão do comandante Mendes Cabeçadas, o capitão de infantaria João Mendes Cabeçadas, onde é desmentido o boato sobre as divergências entre Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.[108]

---

[105] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1580, Ano 6, Segunda, 31 de Maio de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31261 (2025-9-23) p.8

[106] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1581, Ano 6, Terça, 1 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31262 (2025-9-23)

[107] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1581, Ano 6, Terça, 1 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31262 (2025-10-7) p.1

[108] Entrevista a João Mendes Cabeçadas in (1926), "Diário de Lisboa", nº 1581, Ano 6, Terça, 1 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31262 (2025-10-7) p.3

No mesmo dia o *Diário de Lisboa* publica vários discursos de Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, onde estes justificam a urgência de mudar o rumo político do país e que eles acham que representam a vontade do povo, insatisfeito com os políticos republicanos e monárquicos.[109]

A 2 de junho de 1926 é possível encontrar um artigo de opinião com o título "Os Factos" sobre o papel da Marinha e do Exército, no qual se refere que estes têm a legitimidade para mudar a política nacional em benefício da população: "O Exército e a Marinha acham-se á testa do País, dispostos a corrigir a política dos partidos, em benefício da política nacional."[110]

O enviado especial do *Diário de Lisboa* Norberto Lopes entrevista o comandante Armando Ochôa, que afirma que o governo militar provisório assumiu as funções de Presidente da República. O comandante afirma ainda que foi um dos organizadores da revolta, onde teve o papel de estabelecer ligações entre algumas divisões do exército revoltosas.

Na mesma entrevista o comandante refere que o golpe teve uma preparação de 5 meses, mas só mais tarde é que convidou Gomes da Costa para liderar as tropas revoltosas que estavam no Norte, sendo que para o comandante Armando Ochôa foi a escolha acertada, pois para ele Gomes da Costa era uma figura com excelente prestígio militar.

Na entrevista o comandante revela qual seria o plano inicial para a realização do golpe. O plano consistia em uma revolta em todo o Exército e na sequência desta revolta a concentração de tropas na Amadora, em Santarém e em dois pontos a norte da cidade de Lisboa.

O mesmo comandante diz que ficou preso durante 30 horas e só foi libertado após o governo civil ter sido derrubado.

No edição 3 de junho deste jornal é possível encontrar mais um artigo de opinião sobre a Marinha e o Exército no qual é defendido que os mesmos não devem pertencer a nenhuma classe ou partido, pertencendo, pois, à nação portuguesa e têm de servir com os melhores interesses da população: "O Exército e a Marinha não pertencem a uma classe, a um partido ou a uma seita, porque pertencem á Nação."[111]

---

[109] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1581, Ano 6, Terça, 1 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31262 (2025-10-7) p.5

[110] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1582, Ano 6, Quarta, 2 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31263 (2025-9-23) p. 1

[111] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1583, Ano 6, Quinta, 3 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31264 (2025-9-23) p.3

O *Diário de Lisboa* publica uma pequena entrevista realizada a Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, depois destes estarem presentes numa conferencia em Sacavém, onde foi assinada a ata da constituição do novo governo.[112]

É referido pelo enviado especial que Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas não se entendiam nas escolhas para o governo e o comandante Mendes ficou insatisfeito com a decisão de Gomes da Costa, no entanto em entrevista feita Mendes Cabeçadas, o mesmo nega que existam divergências entre ele e Gomes da Costa: "Eu e o Ministro da Guerra temos o mesmo objetivo".[113] Também é referido no mesmo jornal que Gomes da Costa necessitou justificar-se aos comandantes da guarnição de Lisboa que era imperativo, que o exército terá de ser uma instituição apartidária e que defenda os interesses da Nação.

Na edição do dia 3 de junho vemos que a revolução que ocorreu em Portugal teve destaque na imprensa estrageira, mais concretamente no jornal ABC de Madrid. Segundo este jornal o resultado da revolta demonstra a degradação do parlamentarismo existente em Portugal: "O pronunciamento e o seu rapido triunfo indicam claramente a decadencia do parlamentarismo português, e não deixam de construir um indicio acerca da corrente que por toda a parte se manifesta."[114]

No dia 4 de junho o *Diário de Lisboa* publica uma pequena entrevista de um jornal francês a um cidadão português emigrante em França, em que o mesmo refere que o movimento revolucionário não é um movimento de esquerda ou de direita, mas sim um movimento nacional. Isto é um indicador que este movimento militar teve repercussões além-fronteiras.

O jornal *Diário de Lisboa* nesta edição pública um apelo a Gomes da Costa e a Mendes Cabeçadas para que não sejam influenciados por algumas vozes que querem apressar o processo da criação de um novo governo: "Ousamos recomendar aos srs. general Gomes da Costa e

[112] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1583, Ano 6, Quinta, 3 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31264 (2025-10-13) p.4
[113] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1583, Ano 6, Quinta, 3 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31264 (2025-9-23) p.5
[114] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1583, Ano 6, Quinta, 3 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31264 (2025-10-13) p.7

comandante Cabeçadas que se acautelem contra a tribu impaciente dos roedores que, sob a capa duma dedicação á Republica, meditam um alargamento na sua capacidade de digerir."[115]

São noticiados os preparativos da parada militar em Lisboa com cerca de 10 mil homens, que irá ocorrer no dia 6 de junho. Esta parada tem como objetivo de destacar o espírito militar e mostrar que todos os ramos das Forças Armadas estão em sintonia, homenageando também o comandante Cabeçadas.

O jornalista refere que em conversas com o general Óscar Carmona este lhe disse que não quer ter nenhum papel político, pois é um militar. No entanto, acabou por aceitar um cargo político até que seja nomeado outra pessoa para o substituir, reforçando a ideia de que é só um militar e não tem quaisquer aspirações políticas.[116]

Relata-se também um encontro entre Gomes da Costa e as tropas do Sul do país, onde o mesmo demonstra que sabe da existência de muita intriga, pondo em causa as motivações do movimento e o que o move são valores patrióticos: "Não sou um ditador, sou soldado apenas! Não quero ser ditador! Não serei!"[117]

Na publicação do dia 5 de junho é publicada também uma pequena entrevista com o comandante Ochoa. Nela o comandante refere que pediu demissão do Ministério do Interior a Gomes da Costa, referindo que continua a estar do lado de Gomes da Costa e de Mendes Cabeçadas desde que os ideais iniciais do movimento continuem a serem respeitados. O mesmo ainda acusa a 3ª divisão de lançar o boato de que tinha acabado a amizade com Gomes da Costa.[118]

Nesta edição é publicada uma entrevista ao tenente-coronel Raul Esteves, em Sacavém, na qual o mesmo refere que o movimento está unido para salvar o país. O mesmo tenente diz ao jornal que não existem divergências e que desejava que os boatos sobre as divergências terminassem.

---

[115] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1584, Ano 6, Sexta, 4 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31265 (2025-10-13) p.1

[116] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1584, Ano 6, Sexta, 4 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31265 (2025-9-23) p.3

[117] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1584, Ano 6, Sexta, 4 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31265 (2025-9-23) p.5

[118] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1584, Ano 6, Sexta, 4 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31265 (2025-10-13) p.4

Ainda se lê nesta edição a existência de uma entrevista com um militante operário da C.G.T sobre o movimento militar. Este informa que a C.G.T está a preparar um movimento de defesa, visto que existia o receio de uma ditadura militar, referindo que não é contra o movimento militar.: "As organizações operárias recebem este movimento com simpatia, desde que os homens que venham formar governo não sejam ditadores militares, nem atinjam as justas regalias e liberdades dos proletários".[119]

A 7 de junho são publicadas as declarações de Gomes da Costa reforçando a ideia que sempre se manteve ao lado de Mendes Cabeçadas, contrariando assim as notícias que tentam minar as relações entre ambos. Durante esta declaração Gomes da Costa afirma ainda que vai demitir os governadores civis que não mantenham a confiança do governo saído do golpe.[120]

Os leitores deste periódico são informados da tomada de posse dos novos Ministro da Guerra, Colónias, Marinha e Agricultura, bem como a substituição dos diplomatas em Londres e Madrid.

Na mesma edição é referida a urgência de se resolver o problema presidencial e visto que as eleições seriam um ato demorado, os militares envolvidos no movimento acham que será justo serem os protagonistas do movimento assumirem o rumo do país e por isso existe um consenso de que Mendes Cabeçadas deverá liderar o governo e Gomes da Costa assumir a Presidência. São também publicadas algumas declarações de ambos.

O periódico do dia 8 de junho tem presente um pequeno artigo de opinião almejando que este governo reforme e moralize as contas públicas, para que a sociedade alcance a prometida prosperidade.

Temos pressente nesta página um artigo de opinião do capitão-tenente engenheiro-maquinista Mendes Barata sobre o estado da Marinha Portuguesa. Segundo o autor a Marinha é utilizada como forma de fazer diplomacia, política e demonstrar o poderio do país. O mesmo refere que a Marinha Portuguesa não conseguiu acompanhar a Marinha de outros países devido à falta de investimento dos sucessivos governos anteriores.

[119] Declarações de um militante da CGT ao Diário de Lisboa. (1926), "Diário de Lisboa", nº 1585, Ano 6, Sábado, 5 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31266 (2025-9-23) p.8

[120] "Os governadores? Serão demitidos aqueles que não tenham a confiança do governo". (1926), "Diário de Lisboa", nº 1586, Ano 6, Segunda, 7 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31268 (2025-9-23) p.1

Neste mesmo artigo é referido que que o anterior ministro da marinha apresentou ao Parlamento medidas que são as seguintes: aquisição de novo material de guerra e a ampliação do Arsenal da Marinha, permitindo assim a rápida construção e eventuais reparações.

O autor conclui dizendo que é necessário criar alguma atratividade no recrutamento de sargentos e praças de modo a estes se fixarem nas forças armadas, assim como fomentar a instrução dos seus elementos.

Também vemos nesta edição a informação de que irá decorrer um Comício da C.G.T no dia seguinte. Este comício segundo os representantes da C.G.T, servirá para analisar os últimos acontecimentos e reforçar a ideia de que não será aceite qualquer atropelo aos direitos dos trabalhadores: "Atravessamos uma hora em que a ameaça duma ditadura militar paira ainda sobre o país, e por isso, deve o operariado afirmar publicamente a sua intenção de defender "à outrance" todas as liberdades e regalias que tem conquistado". [121]

O *Diário de Lisboa* neste dia também entrevistou Bernardino Machado. O antigo Presidente refere que a dissolução do Parlamento só pode ser feita quando os colégios eleitorais estiverem prontos para as eleições e se não for o caso governo poderá entrar em conflito com a Constituição. Ao mesmo tempo diz que a única solução para acabar com a situação de crise que Portugal vivia tinha sido golpe militar, desejando que os partidos se entendam e aceitem o resultado do golpe.[122]

Este periódico defende a ideia de que Gomes da Costa seja o novo Presidente da República sendo enumeradas as razões para tal: Gomes da Costa é considerada a figura principal do golpe e como tal tem legitimidade quer pelas suas capacidade quer pela sua patente, por outro lado é ponto assente que o Comandante Mendes Cabeçadas deverá assumir o cargo de chefe de Governo deixando de ser uma personagem secundaria do golpe, é só com estas medidas que os mal entendidos, boatos e duvidas serão sanadas, sendo certo que os mentores do golpe e as tropas só baixaram as armas depois de verem o seu chefe à frente dos destinos do país e o mesmo tem legitimidade para criar medidas de modo a levar os destino do país a bom porto, segundo o jornal.

[121] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1587, Ano 6, Terça, 8 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31267 (2025-9-23) p.4

[122] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1587, Ano 6, Terça, 8 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31267 (2025-9-23) p.8

Neste dia é também noticiado que o Regimento Infantaria 16 estava inicialmente contra o golpe, mas quando se apercebeu do sucesso do mesmo, só apoiaria o movimento, caso respeitasse as instituições republicanas e restaurasse mais rapidamente possível os ideais da Nação.[123]

O periódico no dia 9 de junho tem presente um artigo de opinião sobre a revolução militar, dizendo que esta só teve sucesso pois o exército não era influenciado politicamente. O autor adverte ainda dizendo que espera que o governo saído do golpe não caia nos erros dos anteriores governos e que trabalhe pela Pátria.

É publicada a avidez das pessoas residentes na cidade do Porto, pelo resultado do movimento militar, sendo a ansiedade e receio, os principais indicadores da volatilidade que o país vivia e a esperança de que ocorressem as mudanças necessárias.

O *Diário de Lisboa* entrevistou o general Correia Barreto, antigo presidente do Senado e este diz que não irá convocar o congresso Republicano pois não tem motivos legais e constitucionais, visto que não foi oficialmente contactado.

No dia 11 de junho de 1926, o Diário de Lisboa entrevista a um comandante não identificado da 6º Divisão de Sacavém com 7 mil homens, sendo que o mesmo refere que as tropas estão a aguardar ansiosamente o resultado do golpe, visto que passados 12 dias ainda não há um governo formado. Nesta entrevista o jornalista apercebe-se que este comandante é contra a escolha de Gomes da Costa ser escolhido para o cargo da Presidência da República.[124]

A 12 de junho é entrevistado Oliveira Salazar, entretanto escolhido para Ministro das Finanças. Nesta entrevista o Ministro das Finanças é questionado se podia dizer quais seriam as medidas económicas que irá implementar no país. O ministro responde negativamente dizendo que não tem em mãos o programa económico e que foi recentemente indigitado para este cargo.

No dia 14 de junho há alusão a boatos que giram sobre a falta de consenso que existe em relação a Mendes Cabeçadas, visto que existem duas posições distintas dentro do exército: a favor da continuidade de Mendes Cabeçadas no poder e outra contra a continuidade do mesmo.

---

[123] O Regimento de Infantaria 16 só apoia este movimento se for garantida "A manutenção das instituições republicanas; Absoluta exclusão da política partidária" (1926), "Diário de Lisboa", nº 1587, Ano 6, Terça, 8 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31267 (2025-9-23) p.8

[124] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1589, Ano 6, Sexta, 11 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31270 (2025-9-23) p.8

O *Diário de Lisboa* publicou uma entrevista realizada a Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa e Mousinho de Albuquerque, nesta entrevista é nos dito que o governo está a trabalhar para que se resolvam os problemas, sendo reafirmado que as tropas de Sacavém não a dificultar o processo em curso.

A 15 de junho é publicado um artigo de opinião sobre a intenção de Gomes da Costa mudar o regime democrático para um regime Presidencialista. Neste artigo é desejado que Gomes não se afaste dos objetivos iniciais do 28 de maio. No artigo também questiona se Mendes Cabeçadas tem conhecimento das intenções de Gomes da Costa e se continuará a existir o consenso que houve entre ambos. O artigo termina apelando que Gomes da Costa tranquilize o país e que diga que não é influenciável pelos: "aventureiros nem com os sortilégios dos escamoteadores de sortes."[125]

No dia 16, o jornal notícia a reunião de cinco ministros no Ministério da Guerra com o propósito de discutir as declarações de Mendes Cabeçadas a outros jornais. Os cinco ministro que se reuniram foram: coronel Passos e Sousa, ministro do Comércio; general Gomes da Costa; general Carmona, ministro dos Estrangeiros; general Alves Pedrosa, ministro da Agricultura e o comandante Jaime Afreixo, ministro da Marinha. Não se sabe qual foi o resultado desta reunião. É também noticiado que a Polícia de Segurança do Estado e as Escola Primarias Superiores seriam extintas.[126]

A 17 de junho é noticiado que no distrito de Lisboa foi decretado o estado de sítio e assim a suspensão das garantias publicas, devido a um eventual conflito civil entre as tropas que estavam acampadas em Santarém e a população civil em Lisboa.

O mesmo periódico informou os seus leitores do avanço das tropas favoráveis a Gomes da Costa, que estavam acampadas em Sacavém para a cidade de Lisboa, de modo a derrubar Mendes Cabeçadas. Mendes Cabeçadas renuncia ao perceber que não tem hipóteses de debelar este movimento e sai da vida política, dando o poder a Gomes da Costa.

[125] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1592, Ano 6, Terça, 15 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31277 (2025-10-24) p.1

[126] "Pelo Ministério do Interior foi decretada a extinção a Polícia de Segurança do Estado", (1926), "Diário de Lisboa", nº 1593, Ano 6, Quarta, 16 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31282 (2025-9-23) p.8

O jornal entrevistou um oficial do exército que estava em Paço de Arcos e o mesmo diz que recebe ordens de Gomes da Costa e não de Mendes Cabeçadas.

Nesta mesma página está presente a proclamação que Gomes da Costa distribuiu ao exército: "Á Nação. Ao Exército. Pela Pátria e Pela República… Sou português e sou soldado. Não quero se cúmplice na traição ao Exército que comandei e comando e á Nação que em mim confiou e confia".[127]

Está presente uma pequena entrevista a Mendes Cabeçadas que se mostra surpreendido pela mudança de posição de Gomes da Costa, dizendo que até ao dia anterior não havia nenhuma animosidade entre ambos, não pondo de parte a hipótese de demissão.

Mendes Cabeçadas demite-se às 16.20 do dia 17 de junho de 1926, dizendo que não pode continuar como chefe de Estado, pois tem o exército contra ele e não quer que haja um banho de sangue.

Para além da entrevista a Cabeçadas, Gomes da Costa também foi ouvido, sendo questionado sobre a razão pela qual lançou esta ofensiva a Mendes Cabeçadas. O general Gomes da Costa responde que tomou esta atitude porque obedeceu às ordens do exército tal como fez no 28 de maio. Gomes da Costa refere que tem respeito por Mendes Cabeçadas e só o derrubou, por considerar que as políticas de Mendes Cabeçadas constituíam um perigo para o sucesso do golpe e considera que o seu movimento é totalmente republicano, garantindo assim todas as liberdades: "É republicano este novo movimento? Absolutamente. Ninguém tenha duvidas a tal respeito. O movimento é unicamente republicano e o governo garantirá, republicanamente todas as liberdades, inclusive a de imprensa, desde que, é claro, não se cometam abusos".[128]

Gomes da Costa termina a sua entrevista dizendo que vai realizar todas as reformas administravas necessárias e que confia no não derramamento de sangue.

A 18 de junho é publicada a opinião dos vários partidos políticos sobre o movimento militar liderado por Gomes da Costa.

---

[127] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1594, Ano 6, Quinta, 17 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31284 (2025-9-23) p.4

[128] Declarações de Gomes da Costa ao Diário de Lisboa, quando a este é perguntado qual é o cariz deste novo movimento, (1926), "Diário de Lisboa", nº 1594, Ano 6, Quinta, 17 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31284 (2025-9-23) p.5

O Partido Democrático diz que este movimento não é inédito e já aconteceu várias vezes na história do mundo. Já o partido União Liberal valorizou a atitude de Mendes Cabeçadas. O partido da Esquerda Democrática é contra este movimento e apoiante de Mendes Cabeçadas. O partido Nacionalista foi o único que se mostrou a favor de Gomes da Costa.

O *Diário de Lisboa* publica também a nomeação do novo governo e a tomada de posse do novo ministro do interior. É referido ainda que o comandante Mendes Cabeçadas não fala à imprensa e que não aceita o cargo de Presidente da República. É nos dito que o golpe de estado realizado por Gomes da Costa o surpreendeu.

O *Diário de Lisboa* a 19 de junho notícia a revolta dos soldados da Artilharia 3 contra os oficiais do destacamento, que foi debelada. Esta revolta foi realizada pelos praças mais antigos deste regimento de artilharia que estavam já há 16 meses de serviço e desobedeceram às ordens dos seus oficiais. É nos dito que este ato de insubordinação foi controlado por outros regimentos que estavam também no quartel da Ajuda. Os soldados revoltosos foram escoltados até ao forte de S. Julião da Barra, onde ficaram presos.

Neste mesmo dia ocorreu a tomada de posse dos Ministros das Finanças, Filomeno da Camara, Colónias e dos Estrangeiros, assim como se faz alusão à mudança de Gomes da Costa para o Palácio de Belém

No dia 21 de junho, este periódico publicou as declarações do Ministro das Finanças, nas quais mesmo refere que é necessário baixar a taxa de juro bancário e não deixar os bancos fazerem negócios com o seu dinheiro, algo que muito agradou a este jornal.

O capitão Aníbal Franco, novo comandante da PSP também foi entrevistado, tendo admitido que não estava à espera de ser nomeado para o cargo.

Aníbal Franco é questionado se já foi visitar a prisão do Governo Civil, respondendo que ficou chocado com as condições em que a mesma se apresentava e que iria realizar algumas obras de modo a modernizar e melhorar as condições da prisão. O mesmo refere que tenciona mudar a localização da prisão para o Quartel de Campolide, implicando isso a redução dos efetivos da GNR, o que para o capitão Aníbal Franco é o ideal.

Na mesma entrevista o capitão Aníbal Franco diz que quer aumentar os efetivos da PSP com a criação de um esquadrão de cavalaria para defender a cidade.

É noticiado que no dia 22 de junho, o Ministro do Interior reuniu os representantes da Imprensa, pedindo a sua colaboração e realçando que a mesma tem o direito de criticar quando assim o

entender, mas de forma honesta. Mais tarde no mesmo dia, a censura de imprensa foi decretada, o que para o jornal é uma afronta às liberdades. Além de que nas entrevistas feitas a Gomes da Costa e a outros governantes ficou entendido que não haveria lugar para a censura. O jornalista termina apelando a Gomes da Costa para que anule esta medida.[129]

O *Diário de Lisboa* no dia 23 de junho publica um artigo opinião sobre a importância da imprensa e da necessidade de esta ser livre, pois assim o povo está livre da ameaça da opressão, lembrando a Gomes da Costa que ainda bem há pouco tempo elogiou o papel da imprensa em todo este processo.

Nesta edição é também publicada numa outra página a entrevista a Mendes Cabeçadas onde o mesmo refere quais foram as razões para participar no golpe de 28 de maio, informando que foi o interesse nacional que fez com que participasse no golpe. Mendes Cabeçadas refere ainda que foi procurado por delegados das divisões de Coimbra, Braga e Vila Real, que o informaram pelos mesmos que estava a ser criado um movimento e o convidaram para chefiar o golpe, algo que prontamente aceitou. Mendes Cabeçada nesta entrevista refere que a grande dificuldade que tinham era não encontrar um chefe de governo e que o nome de Gomes da Costa estava na altura posto de parte.

Na mesma entrevista Mendes Cabeçadas refere que o governo de Bernardino Machado se demitiu e o foi convidado para formar governo contactando Gomes da Costa para o informar das escolhas dos novos ministros, Gomes da Costa não gostou dos nomes propostos. Mendes Cabeçadas também diz que a imprensa monárquica estava contra ele e que apoiava Gomes da Costa. Mendes Cabeçadas não conseguiu formar governo, pois Gomes da Costa comandava a 6ª e 8ª divisões, as mesmas que se revoltaram contra Mendes Cabeçadas.

Mendes Cabeçadas, aquando questionando da entrevista que foi feita em Coimbra ao general e aos seus amigos, refere que esta só serviu para dar tempo a Gomes da Costa de preparar as tropas para se revoltar contra Mendes Cabeçadas e assim tomar o poder.

A 24 de junho o jornal relata que o Presidente da República Gomes da Costa convidou todos os participantes das revoltas de 1891 e 191 para uma conferência, tendo estes manifestado o seu

[129] Ofício enviado á redação do Diário de Lisboa: "… Sr. Director do jornal Diário de Lisboa:- Por ordem superior, leva ao conhecimento de v… que, a partir de hoje, é estabelecida a censura á Imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes ao Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim- Saúde e Fraternidade- Lisboa, 22 de Junho de 1926- O 2º comandante, Cap. Aníbal de Azevedo, (1926), "Diário de Lisboa", nº 1598, Ano 6, Terça, 22 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31311 (2025-9-23) p.8

apoio ao movimento e desejando que este movimento devolva ao país o bem-estar financeiro e social com políticos honestos à frente dos destinos do país.

De notar que esta edição foi alvo da Comissão de Censura, tendo sido este o único número alvo de censura.

No dia 28 de junho, o Ministro das Finanças, comandante Filomeno da Câmara de Melo Cabral é entrevistado na sequência das várias noticias foram publicadas no jornal *O Século,* sobre a política financeira portuguesa e afirma que pretende dar condições aos bancos para fomentar o comercio, a indústria e agricultura.

O jornal no dia 1 de o jornal publicou um artigo de opinião em que é defendido que governo deve governar com a nação e para a nação e tem de transformar as promessas em políticas que beneficiem o Estado. É pedido que governo corresponda às expectativas que o mesmo criou, ou seja, que se afaste das políticas do passado que só beneficiavam alguns e que deixe de fazer promessas para depois não as cumprir, para o bem da Nação.

A 3 de julho são publicados vários artigos do decreto do governo que regula a liberdade de imprensa e a sua respetiva discussão.[130]

Neste decreto é referido que a imprensa pode exprimir livremente a sua opinião, mas não pode injuriar, difamar tanto o Presidente da República como as instituições republicanas.

No dia 5 de julho é mais uma vez publicado um artigo de opinião sobre a nova lei de Imprensa, que segundo o jornal tem algumas lacunas. O jornal refere que se não fosse a imprensa a dar voz ao povo tanto o golpe de 28 de maio como o movimento liderado por Gomes da Costa não teriam sucesso, o jornal refere também que a imprensa é a voz do povo e por isso é muito difícil fazer um trabalho filtragem do que é noticiado e dito pela população. O jornal pede assim ao Ministro da Justiça que tenha mais complacência sobre o que é escrito na imprensa dando-lhes mais liberdade de ação.[131]

[130] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1608, Ano 6, Sábado, 3 de Julho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31275 (2025-10-13) p.1

[131] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1608, Ano 6, Sábado, 3 de Julho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31275 (2025-10-13) p.1

3.3- A destituição de Gomes da Costa nas páginas do *Diário de Lisboa*

No dia 9 de julho de 1926 o Diário de Lisboa anuncia destituição de Gomes da Costa do cargo de Presidência do Ministério e a constituição do novo governo por parte do general Carmona.

O jornal apoiou a atitude do exército de destituir Gomes da Costa, visto que para o jornal Gomes da Costa tinha atitudes que não agradavam uma grande parte do exército. É referido no mesmo artigo a razão pela qual o golpe ocorreu: uma carta de Gomes da Costa enviada Cabeçada. O jornal acusa ainda Gomes de Costa de ter boas intenções, mas de se encontrar afastado da realidade, o que não acontece com o general Carmona.

É referido no mesmo jornal que, dois dias antes deste da destituição de Gomes da Costa ocorreu uma reunião em Belém, entre Gomes da Costa e os comandantes das unidades que se revoltaram. Nesta reunião estavam presentes o general Domingues, comandante da 1ªDivisão; coronel Valadas, comandante da Guarda Republicana; coronel Mousinho de Albuquerque, comandante das tropas acampadas em Sacavém, general Sinel de Cordes e o tenente-coronel Raul Esteves.

É noticiado ainda que na noite anterior ao golpe o capitão Franco, comandante da Polícia ligou para o Palácio de Belém de modo a avisar que iria ocorrer um golpe de Estado no dia seguinte.

Gomes da Costa ao saber deste novo golpe foi visitar o quartel da Cavalaria 2 de modo a verificar o que estava a acontecer. O general apercebe-se que os militares estavam prestes a sair e pergunta o que estava a passar. Os militares respondem dizendo que têm ordens do Comando da Divisão para saírem e não obedecem a Gomes da Costa que os acusa os soldados de traição.

É dito pelo próprio jornal, que o comandante de cavalaria 2, tenente-coronel Bivar tomou provisoriamente o comando no quartel-general e ao saber das visitas de Gomes da Costa aos quarteis, ordena à 1º Divisão para que prenda o general. Já o regimento de Infantaria 2 saiu para tomar o Governo Civil e os ministérios foram ocupados pelo regimento de Infantaria 16.

O Palácio de Belém foi cercado às 11 da manhã por uma força da Infantaria 2 sob o comando dos capitães Machado e Ribeiro e os tenentes Pereira Coutinho e Bessa Aragão. É também noticiada a prisão de Gomes da Costa e a chegada do general Carmona e de outros militares a Belém.

É publicada uma pequena conversa entre o jornal e o General Carmona. Nesta pequena conversa, este afirma que não contribuiu em nada para este novo movimento militar e que foi chamado pelos outros oficiais que participaram neste movimento.

Carmona refere ainda que não quer que Gomes da Costa saia do cargo de chefe de Estado, só quer o mesmo ceda às propostas do Exército e que este movimento não é contra Gomes da Costa.

No entanto Gomes da Costa decide abandonar o poder, visto que o mesmo não aceitou a proposta do Exército tendo sido escoltado por um pelotão de cavalaria.

Em consequência disto o governo ficou constituído desta forma: Ministro da Presidência e Guerra- General Carmona, Finanças- General Sinel de Cordes, Interior- Dr. Ribeiro Castanho, Colonias- Comandante João Belo, Estrangeiros- Dr. Bettencourt Rodrigues e Marinha- Comandante Jaime Afreixo, Ministro da Instrução- General Teixeira Botelho, Ministro da Agricultura- General Alves Pedrosa, Ministro do Comércio- Tenente-coronel Passos e Sousa.

É referido ainda que o Comandante Ochôa foi convidado para o cargo de Ministro das Colonias, mas que rejeitou, sendo depois convidado para realizar uma missão no estrangeiro.

É relatado pelo Diário de Lisboa que Gomes da Costa viajou para o Quartel de Queluz, onde estava o destacamento da 8ªDivisão, de modo a reunir este destacamento para marchar em direção a Lisboa, mas o próprio comandante recusou o seu pedido dizendo que só obedece ao comandante da 1ª Divisão.

Gomes da Costa não gostou de ser desobedecido e demitiu o comandante da 8ª Divisão. O general discursou no seu carro onde se juntaram sargentos e soldados do destacamento, dizendo que a: "República e a Pátria estavam ameaçadas e que um perigo internacional pesava sobre o país". [132]

É nos dito ainda que alguns sargentos mostraram disponibilidade para se juntarem numa marcha em direção a Lisboa, mas os oficiais do destacamento mandaram Gomes da Costa para dentro do quartel de modo a se reunirem entre si. É referido ainda que alguns soldados culparam Gomes da Costa pelo novo golpe, dizendo que o mesmo se rodeou de pessoas mal-intencionadas e questionaram por que razão Gomes da Costa não se rodeou com os comandantes desta divisão.

Na mesma publicação são apresentadas as declarações do tenente de Artilharia de Campanha Pereira de Carvalho, um dos organizadores do movimento de 28 de maio. O mesmo diz que

[132] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1613, Ano 6, Sexta, 9 de Julho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31281 (2025-9-23) p.5

este golpe é um suicídio e não faz sentido o Exército dois dias antes do golpe ter jurado lealdade a Gomes da Costa e realizar o golpe contra o mesmo.

O jornal publicou a Proclamação do novo governo: "O governo constituído por vontade do Exército e da Armada numa hora delicada, de indecisão e de incerteza, que estava comprometendo o prestígio do poder." [133]

No dia seguinte é publicada uma entrevista realizada ao general Carmona, que refere que existem grandes problemas no início da sua presidência: a transmissão de poderes e a visão internacional de Portugal, visto que a transição de poderes poderá causar falta de confiança no país.

Em relação ao primeiro problema o general Carmona refere que está a trabalhar no assunto e que o conselho de ministros que ocorreu no dia anterior foi ocupado inteiramente com este tema, mas nada ainda foi resolvido, pois é um tema muito complexo e refere que o Conselho de Ministros vai apresentar uma outra proposta para solucionar o problema. Quanto ao problema o general Carmona fala na saída do Embaixador de Inglaterra como um pequeno sintoma da instabilidade política em Portugal.

É relatada a detenção de Gomes da Costa, que pernoitou em Belém no dia do golpe. O novo governo tinha a intenção de que Gomes da Costa se retirasse de Belém com honras, mas tal não foi possível, pois o general a disse que só sairia de Belém preso. O jornal refere que o general Carmona convidou o general de Infantaria João Camacho para acompanhar Gomes da Costa a Caxias.

O general Camacho chega a Belém às 3:30 da manhã e Gomes da Costa é demovido pelos seus ajudantes de criar qualquer resistência. O general Camacho refere que veio para prendê-lo, mas Gomes da Costa refere que não existiu ainda a transferência de poderes e por isso não tem de obedecer a ninguém. Inicialmente Gomes da Costa disse que estava a sentir-se mal e que sairia de Belém na manhã do dia seguinte ao que o general Camacho responde, dizendo que ficaria com ele toda a noite e isso fez com que Gomes da Costa mudasse de ideias e não oferecesse resistência.

[133] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1613, Ano 6, Sexta, 9 de Julho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31281 (2025-9-23) pp. 4-5

Gomes da Costa e os seus ajudantes saíram de Belém às 5:45 e chegaram ao Quartel-General do Campo Entrincheirado em Caxias às 6:05 da manhã, onde foram recebidos pelo Major Doras.

É relatado ainda que no Governo Civil a vida voltou à normalidade com todas as repartições abertas, mas como forma de prevenção no pátio do mesmo existe uma pequena força de Infantaria 2.

Por fim o jornal publica que existe livre circulação de veículos até à 1 da manhã, os cafés e restaurantes têm de fechar às 11 horas da noite e os espetáculos à 00:30, o que é um indicador que a normalidade está a regressar aos poucos.

O *Diário de Lisboa* entrevistou um oficial da comitiva de Gomes da Costa na Cidadela de Cascais.

É referida a chegada de Gomes da Costa à Cidadela de Cascais pelas 11 horas, pois o mesmo não tinha aposentos próprios em Caxias. O general só podia receber visitas de familiares, mas com autorização prévia do Quartel-General.

Na entrevista o jornalista pergunta ao oficial se Gomes da Costa saberia da existência de algum movimento contra si, tendo o oficial respondido que o General tinha tido conhecimento com três dias de antecedência. O jornalista questiona por que razão o General Gomes da Costa não fez nada para tentar debelar o golpe. O oficial da comitiva reponde dizendo que dois dias antes do golpe ocorreu uma reunião entre Gomes da Costa e alguns oficiais, na qual os mesmos lhe juram lealdade dando-lhe carta branca para escolher o governo que quisesse. Na mesma entrevista é referido que foi oferecido o cargo de Presidente da República a Gomes da Costa, mas o mesmo recusou afirmando que como chefe da Revolta de Braga não podia ter um poder executivo e sem ter a possibilidade de escolher ministros da sua confiança. Nesta mesma entrevista o oficial é questionado se o General Gomes da Costa teria assinado a transferência de poderes e responde negativamente e refere que não vai assinar a transferência de poderes, dizendo ainda que quem se revoltou contra o general foram os mesmos que lhe disseram para se revoltar contra o comandante Cabeçadas.

O oficial aproveitou esta entrevista para corrigir a publicação deste jornal no dia do golpe, pois nesta publicação é referido que Gomes da Costa discursou no carro, mas na verdade foi na sala dos oficiais. O oficial refere ainda que Gomes da Costa saiu com a sensação de que todos os oficiais do Quartel de Queluz estavam do seu lado, referindo-se a um diálogo que Gomes da

Costa teve com um oficial no quartel dizendo o general que este era o dia mais difícil da vida dele pois tinha ordens para prender o general e ninguém lhe obedecia.

O *Diário de Lisboa* entrevista também o tenente João Pereira de Carvalho. Nesta entrevista o tenente refere que Gomes da Costa estava a seguir um caminho que não gostava e o general sabia disso, mas não contava que houvesse um golpe para o depor. João Pereira de Carvalho refere que quando soube do golpe pelo comandante Mendes Cabeçadas contactou a Guarda Republicana e a Polícia, mas não obteve resposta, referindo também que foi para Queluz onde estava colocada a sua Divisão de modo que esta saísse para debelar o novo golpe, mas não foi possível pois Gomes da Costa já lá tinha estado e não conseguiu mobilizar as tropas a favor dele.

O jornal publicou ainda decretos da autoria de Óscar Carmona relatando a exoneração de ministros do governo de Gomes da Costa, tendo sido nomeados novos ministros da confiança do novo Chefe de Estado, através dos Decretos 11:866, 11:867 e 11:868[134]

3.4- Como *A Capital* noticiou o Golpe militar de 28 de maio de 1926

Na pesquisa efetuada constatei que o jornal A Capital noticiou o golpe militar nos dias 28,29 e 30 de maio de 1926.

Visto que este jornal era publicado no período da tarde, os jornalistas noticiam o golpe já com as informações obtidas pela leitura da restante imprensa publicada nessa manhã.

A Capital começa por referir que foram as tropas da divisão militar de Braga liderada pelo general Gomes da Costa que iniciaram a revolta e que as tropas favoráveis ao governo estariam a marchar do Porto para Braga: "A divisão militar de Braga insurrecionou-se sob o comando do general Gomes da Costa. Segundo uma informação oficial contra os revoltosos estão marchando forças militares pertencentes á divisão do Porto."[135]

Gomes da Costa é acusado pelo jornal de ser contra a República e de querer implementar uma ditadura: "O sr. general Gomes da Costa lançou uma proclamação ás tropas revoltadas. A analise desse documento não permite duvidas quanto ao objetivo dos insubmissos (…)

[134] (1926), "Diário de Lisboa", nº 1614, Ano 6, Sexta, 10 de Julho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31281 (2025-9-23) p.8

[135] (1926), "A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/Maio/Maio_master/ACapitalN5226aN5250.pdf, consultado a 2025-10-07 p. 89

Manifesta e iniludivelmente, o movimento revolucionário tem por fim a implantação dum regímen ditatorial."[136] É nos dito ainda que nem todas as tropas de Braga e de Portugal aderiram ao golpe e que nunca irão aderir "Nem todas as tropas foram atraz da espada do general Gomes da Costa. Nem nunca irão."[137]

O jornal considera que esta é uma revolta fraca, restrita e que o governo tem o dever de a debelar, visto ser um dever proteger o regime vigente: "Qualquer, porem que seja a sua amplitude, compete ao Governo restringi-la ao mínimo para o bem da Pátria e da República."[138]

A Capital publica, no mesmo dia uma entrevista com o antigo Primeiro-Ministro Álvaro de Castro. Nesta entrevista Álvaro de Castro considera que esta revolta tem um viés ditatorial e afirma que é contra esta revolta: "Como encara V. Exª a revolta de que é chefe o general Gomes da Costa? Não hesito em dizer-lhe- e das minhas palavras pode fazer o uso que entender – que a revolta das tropas bracarenses me fez uma péssima impressão. A primeiro exame do incidente surge a hipótese de se tratar dum movimento dictatorial – e sou contra todas as ditaduras."[139] Álvaro de Castro é da opinião que o governo deve fazer de tudo para debelar a revolta e restabelecer a ordem pública: "O Governo… Sei o que me vae perguntar. Quer saber a minha opinião acerca da autoridade governamental em face da revolta. Respondo que ao Governo cabe o direito de restabelecer a ordem, auxiliado por todos os republicanos."[140]

Está presente no mesmo dia uma nota de imprensa referente às declarações do Conselho de Ministros sobre a revolta: "O Conselho de Ministros apreciando a situação verificou que dispõe de todos os elementos para manter a ordem. O sr. General Peres, com destacamento organizado em Viana do Castelo por forças fiéis e dois destacamentos mistos idos do Porto, e sob as suas ordens, prepara-se para atacar os revoltosos de Braga."[141]

---

[136] (1926), "A Capital", nº 5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/Maio/Maio_master/ACapitalN5226aN5250.pdf, consultado a 2025-10-08 p. 89

[137] (1926), " A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/Maio/Maio_master/ACapitalN5226aN5250.pdf, consultado a 2025-10-08 p.89

[138] (1926), "A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p. 89

[139] (1926) "A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09 p.89

[140] (1926), "A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09 p.89

[141] Nota de imprensa após a reunião do Conselho de Ministros, in A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23

Este jornal indica ainda o nome de todos os militares revoltosos nomeadamente, o general Óscar Carmona, o comandante Mendes Cabeçadas e o general Gomes da Costa.

É também nos dito que Gomes da Costa tem ao seu dispor as seguintes guarnições: Cavalaria 11, Infantaria 8 e 29. As tropas que estão em Viana do Castelo (Artilharia 5 e o Batalhão de Infantaria 3), Valença (um batalhão de Infantaria 3), Vila do Conde (uma companhia da Administração Militar) e em Santo Tirso (um batalhão de caminhos de ferro), não aderiram ao golpe e saíram de Viana do Castelo em coluna para debelar o golpe.[142]

Refere-se que o governo recebeu informação do comando militar de Leiria de que duas Companhias de Infantaria nº7 com 300 homens se revoltaram e estão a caminho de Santarém. Ao saber desta revolta o governo português ordena que um avião bombardeiro saia para combater a coluna de revoltosos: "Ao começo da tarde o Governo teve informação, pelo comando militar de Leiria, de que duas companhias de infantaria nº7, na força de cerca de 300 homens se haviam revoltado, seguindo pela via ordinária o rumo a Santarem. O Governo ordenou a saída imediata de um avião munido de bombas, afim de combater esta coluna."[143]

No dia seguinte ao golpe a 29 de maio de 1926, o jornal refere que Gomes da Costa estabeleceu o seu quartel-general na cidade do Porto, controlando todo o norte do país: "Informam que o sr. Gomes da Costa entrou no Porto onde estabeleceu o seu quartel general. O norte do paiz pertence-lhe, senão totalmente, pelo menos quasi todo."[144] Existiam também tropas do Sul a vir de comboio ao encontro de Gomes da Costa: "No sul do paiz há, tambem, forças militares revoltadas, Iniciaram a marcha na direcção do norte, em comboios."[145]

São publicados dois documentos e a sua respetiva análise do jornal. O primeiro manifesto a ser publicado foi o de Gomes da Costa: "Para homens de dignidade e de honra, a situação política atual deste Paiz é inadmissível… Eu por mim, revolto-me abertamente; e os homens de valor de coragem e de dignidade que venham comigo, com as armas na mão, se quiserem comigo vencer ou morrer. Portugal! às armas pela Liberdade e pela Honra da Nação."[146] O jornal

[142] (1926), "A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09 p.90
[143] (1926), "A Capital", nº5248, Ano 16, Sexta-feira, 28 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.90
[144] (1926), "A Capital", nº5249, Ano 16, Sábado, 29 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.93
[145] (1926), "A Capital", nº5249, Ano 16, Sábado, 29 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.93
[146] (1926), "A Capital", nº5249, Ano 16, Sábado, 29 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.93

questiona se este manifesto é a confirmação do teor político do movimento encabeçado por Gomes da Costa.

O jornal também publicou a carta de Mendes Cabeçadas ao Presidente da República, escrita no dia 27 de maio de 1926: "os oficiais representando a grande maioria do Exército encarrego- me de comunicar a V. Ex.ª o seu veemente desejo de que a actual crise política seja resolvida, nomeando V. Ex.ª um governo extrapartidário constituído por republicanos que mereçam a confiança do paiz. O Exército, fazendo este pedido, está certo de que interpreta o sentir da Nação."[147]

Foi publicado ainda a nota oficiosa do governo: "A ordem é absoluta em todo o Paiz, com excepção de Braga. As forças insubordinadas sob o comando do general Gomes da Costa estão sendo cercadas por trez colunas de tropas idas do Porto e Valença comandadas pelo general Perez."[148]

É noticiado que o Governo Civil abriu todas as suas repartições sem qualquer reforço policial, visto que a revolta ainda estava circunscrita em Braga.

O governo ordenou que a ponte de Alcácer do Sal fosse levantada de modo a interromper a marcha das tropas revoltosas em direção à cidade de Lisboa.

É noticiado que Gomes da Costa contactou o presidente do Ministério, informando-o que será o comandante das tropas do Norte.

A Capital publicou o excerto da entrevista do jornal do Partido Republicano Português "Primeiro de Janeiro" a Gomes da Costa. Nesta entrevista Gomes da Costa considera que a revolta era necessária, pois o país estava a degradar-se e era necessário evitar uma catástrofe.

No dia 30 de maio de 1928 é noticiado que o Presidente da República convidou o comandante Mendes Cabeçadas para formar um governo e que Gomes da Costa chegará a Lisboa de comboio.

O jornal refere que o objetivo da revolta foi conseguido, pois o governo demitiu-se.

[147] (1926) "A Capital", nº5249, Ano 16, Sábado, 29 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.93
[148] (1926) "A Capital", nº5249, Ano 16, Sábado, 29 de Maio de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.93

O jornal critica a atuação tardia do Presidente da República, na decisão de dissolver o governo e diz que o governo liderado por Mendes Cabeçadas não será ditatorial, não sendo descartada a possibilidade da demissão do próprio Presidente da República.

A Capital refere Governo Civil foi ocupado militarmente. Está presente também uma pequena entrevista ao general Simas Machado, onde este garante que não serão suspensas as garantias públicas, não haverá censura de imprensa e que serão respeitadas as garantias individuais dos cidadãos.

Com esta análise, pela leitura de ambos os jornais, foi possível constatar que *A Capital*, um pilar do pensamento republicano não era totalmente favorável ao golpe, pois este era considerado uma ameaça para a pátria, pois segundo o mesmo este golpe tinha um viés ditatorial. Por outro lado, o Diário de Lisboa, jornal mais favorável ao movimento e a Gomes da Costa, considerou que o golpe de 28 de maio foi um mal necessário para resolver a elevada instabilidade político-social.

3.5 Análise da *A Capital* pós 28 de maio de 1926

A 1 de junho de 1926, no jornal *A Capital* está presente a notícia da reunião entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas em Coimbra. Nesta reunião será decidida a criação do novo governo: "O comandante sr. Mendes Cabeçadas, que hontem recolheu á Amadora, onde passou a noite, seguiu hoje para Coimbra … afim de se avistar com o general sr. Gomes da Costa. Esta conferencia, da qual, ao que nos informam sairá a organização dum ministério nacional militar…"[149]

É publicada uma nota oficiosa do Ministério da Guerra, em que se afirma não existirem divergências entre Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.[150]

[149] (1926), "A Capital", nº5251, Ano 16, Terça-feira, 1 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.1

[150] Nota oficiosa do Ministério da Guerra sobre o boato das divergências entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas: "Não há divergências algumas entre o general sr. Gomes da Costa e o comandante Mendes Cabeçadas, encontrando-se este em Coimbra, onde foi conferenciar com o general sr. Gomes da Costa, que, para esse efeito veiu do Porto áquela cidade. Carecem portanto de fundamento as informações que teem chegado aos jornaes sobre as referidas divergências", (1926) "A Capital", nº5251, Ano 16, Terça-feira, 1 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.1

É publicada a nota oficial do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Nesta é referido que o partido irá lutar contra uma eventual ditadura fascista.[151]

A 2 de junho é publicado um artigo em que é questionado quem irá constituir o governo saído do golpe, visto que alguns jornais diziam que o governo seria constituído por Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas e Óscar Carmona e outros jornais diziam que Armando Ochôa iria substituir Óscar Carmona. É também referido que Mendes Cabeçadas e Armando Ochôa irão tomar posse nas pastas que foram nomeados.

No dia 3 junho é finalmente publicada a constituição do novo governo: Mendes Cabeçadas será o novo Presidente e Ministro do Interior, Gomes da Costa será Ministro da Guerra e Colónias, o general Carmona é o novo Ministro dos Estrageiros, Ministro da Instrução será o dr. Mendes dos Remédios, o dr. Almeida Ribeiro é o novo Ministro da Justiça, o comandante Jaime Afreixo é o Ministro da Marinha, o Ministro das Finanças será Oliveira Salazar e o Ministro da Agricultura e Interino do Comércio Ezequiel de Campos.[152] São também publicados pequenos currículos dos novos ministros. O jornal começa por dizer que Mendes Cabeçadas tem grande prestígio devido à sua carreira como militar e ao seu papel no 5 de outubro. O jornal também dá destaque a Gomes da Costa, dizendo que o mesmo era conhecido antes do golpe e participou no CEP.[153]

É publicado um artigo no jornal que tem como título "Governos Provisórios". Neste artigo o jornal receava que depois do golpe fosse criada uma junta governativa o que poderia pôr em causa o regime republicano.[154]

No mesmo artigo é nos dito que o governo provisório irá cometer vários erros se não ouvir a opinião publica: "Tambem o segundo Governo Provisorio há-de errar, principalmente se não quizer ouvir as correntes da opinião publica manifestada através da imprensa, da associação, do sindicato ou da tribuna conferencista e comercial."[155]

---

[151] (1926), "A Capital", nº5251, Ano 16, Terça-feira, 1 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.2
[152] (1926), "A Capital", nº5252, Ano 16, Quinta-feira, 3 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.9
[153] (1926), "A Capital", nº5252, Ano 16, Quinta-feira, 3 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.9
[154] (1926), "A Capital", nº5252, Ano 16, Quinta-feira, 3 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.9
[155] (1926), "A Capital", nº5252, Ano 16, Quinta-feira, 3 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.9

No mesmo dia o Diréctorio do Partido Republicano da Esquerda Democrática publica uma nota oficiosa, onde o mesmo expressa o desejo de que a situação regresse à normalidade e que possa continuar a praticar a sua atividade política.[156]

A 4 de junho, *A Capital*, notícia que o governo ainda não pode tomar posse, pois faltam chegar alguns ministros. É referida também a chegada do general Carmona à Amadora para conferenciar com Gomes da Costa.

No dia seguinte, o jornal dá conta da intenção do governo saído do golpe realizar uma parada militar de modo a celebrar a vitória deste do movimento revolucionário: "Realisa-se ámanhã, ás 16 horas, a parada militar, a que, como tudo indica e é de esperar, será uma consagração e uma apoteose á Patria e á Republica."[157] É também noticiado que a normalidade está a regressar ao país, com vários ministros colocados nos seus ministérios.

A 7 de junho é publicado um artigo com o intitulado "A Situação". Neste artigo temos presente a notícia de que a Parada Militar realizada no dia anterior foi um sucesso: "Com a parada militar d'ontem que foi magnifica, encerrou-se a lua de mel da nova situação politica."[158] O jornal refere também que agora é um período de construção e deseja boa sorte ao governo, desejando também que o próximo governo glorifique a República e os portugueses. O jornal afirma que não deixará de apontar os erros que os políticos cometam.

Neste artigo refere-se ainda que tanto Gomes da Costa como Mendes Cabeçadas estão em sintonia, quando dizem que este é um governo provisório. É referido que Gomes da Costa dá um prazo de 1 ano para serem implementadas as políticas da junta governativa: "Um ano depressa passa e o sr. general Gomes da Costa já marcou esse praso para a execução das reformas preconisadas pela Junta que preparou a manifestação coletiva das forças armadas."[159]

No mesmo jornal está presente também o discurso de Gomes da Costa durante a sua tomada de posse como ministro da guerra, no Ministério da Guerra "Agradeço a comparência de v. ex.as e

[156] Nota oficiosa do Diretorio do PRED in (1926), "A Capital", nº5252, Ano 16, Quinta-feira, 3 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.10

[157] (1926), "A Capital", nº5254, Ano 16, Sábado, 5 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.17

[158] (1926), "A Capital", nº5255, Ano 16, Segunda-feira, 7 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.21

[159] (1926), "A Capital", nº5255, Ano 16, Segunda-feira, 7 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.21

poucas palavras. O movimento militar que acaba de triunfar foi absolutamente integrado na ideia de defender a Republica, prestigiar a Patria e o Exercito."[160]

O jornal também publicou igualmente um artigo de opinião sobre a política do general Óscar Carmona, Ministro dos Estrangeiros. Esta segundo o próprio Óscar Carmona, é uma política progressiva e humana. O jornal considera que uma politica progressiva é uma politica em que o dinheiro publico é usado para investir no país sem que haja derrapagens do mesmo: "Politica progressiva será aquela que sem, delapidação dos bens do Estado, souber dar boa aplicação aos dinheiros públicos, fortalecendo o Escudo, reformando o sistema bancário, desenvolvendo a produção, criando, emfim, num paiz civilizado dentro da qual a vida quotidiana moderna seja possivel e feliz; politica humana será aquela que distribua igualmente a justiça por todos os cidadãos…"[161]

No dia 8 de junho *A Capital*, publicou um boato que foi replicado em outros jornais sobre a saída de Gomes da Costa do seu cargo de ministro da Guerra, e tornando-se Presidente da República. O jornal refere que este boato começou quando os jornais matinais publicaram várias noticias dizendo que os oficiais dominantes durante o golpe estavam a pensar em colocar Gomes da Costa em Belém. O jornal acredita que Gomes da Costa recuse este convite, pois Gomes da Costa sabe que a entrada no poder de Sidónio Pais foi causada pelo convite de alguns monárquicos e que Sidónio Pais ganhou muito poder e perdeu o contacto com a opinião republicana.[162]

O jornal refere que Gomes da Costa pode continuar a governar para Portugal e para os portugueses ao ser ministro: "Se o sr. general Gomes da Costa quer governar com o povo e para o povo, tem de estar em contacto permanente com ele. Pode faze-lo, sendo ministro. Basta querer."[163]

A Capital refere aos seus leitores que Gomes da Costa e o Presidente do Ministério reuniram-se de modo a escolher os novos ministros das Finanças e do Comercio. É referido que o governo

[160] (1926), "A Capital", nº5255, Ano 16, Segunda-feira, 7 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-09, p.21
[161] (1926), "A Capital", nº5255, Ano 16, Segunda-feira, 7 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-10, p.22
[162] (1926), "A Capital", nº5256, Ano 16, Terça-feira 8 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-10, p.25
[163] (1926), "A Capital", nº5256, Ano 16, Terça-feira, 8 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-10, p.25

está a ser pressionado a nomear o general Sinel de Cordes, mas o mesmo mantém algumas reservas.

A Capital no dia 9 de junho tem presente um artigo de opinião sobre os vários decretos assinados pelo governo. Neste artigo é nos dito que foi assinado um decreto sobre a autonomia das universidades. O jornal refere que a independência das universidades correu mal no início da República e que seria um erro voltar a redigir um decreto sobre a autonomia das Universidades: "A experiencia demonstrara que esta providencia, adoptada por virtude da proclamação da Republica não tivera por efeito senão um retrocesso, produzido em vantagem das ideias reacionarias e ultramontadas e prejuízo dos princípios liberais (…) Quere-nos parecer que foi extremamente infeliz a restauração do regímen autonómico das Universidades."[164]

É também assinado o decreto que cria a Ordem dos Advogados, o que para o jornal é uma boa decisão: "Outra iniciativa se traduziu na creação da Ordem dos Advogados. Não é ideia original. Já no tempo da monarquia se falou nisso, por vezes (…) O actual decreto criou, finalmente o organismo. Que seja bem fadado- eis o nosso voto."[165]

No dia 11 de junho é publicado um artigo escrito por Soares Andrea, capitão de Mar e Guerra sobre a situação atual da Marinha de Guerra Portuguesa. Neste artigo é feita a referência ao artigo de opinião escrito por Mendes Barata no Diário de Lisboa a 8 de junho de 1926.

No mesmo artigo é referido que a Marinha Portuguesa precisa de novos navios, melhorar o arsenal de guerra e que segundo o próprio artigo terá grandes custos financeiros. Segundo o jornal, para que isto aconteça é preciso que haja uma reorganização da marinha, começando pela descentralização, visto que toda a Marinha de Guerra está no Terreiro do Paço. O autor deste artigo propõe colocar em prática a proposta de Cândido dos Reis, que propunha dividir a Armada Portuguesa em três divisões navais: Norte, Centro e Sul que estariam sob o comando de um contra-almirante do Departamento Marítimo de cada região.[166]

Segundo o autor do artigo, a Divisão do Naval do Norte tinha a sua sede no Porto e era constituída por um cruzador e duas canhoeiras, esta divisão também abrangeria o arquipélago dos Açores. Já a Divisão Naval do Sul tinha a mesma quantidade de navios e abrangeria o

[164] (1926), "A Capital", nº5257, Ano 16, Quarta-feira, 9 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-11, p.29
[165] (1926), "A Capital", nº5257, Ano 16, Quarta-feira, 9 Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-11, p.29
[166] (1926), "A Capital", nº5258, Ano 16, Sexta-feira, 11 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.33

arquipélago de Cabo Verde. A divisão do Centro tinha como sede Lisboa e controlava o arquipélago da Madeira. Esta divisão também terá uma base naval e outra de recrutamento.

A Capital também tem presente a notícia da visita de Gomes da Costa às tropas acampadas em Sacavém. Segundo o jornal estas tropas estavam em Sacavém de modo a pressionar o Governo escolher Sinel de Cordes como Ministro das Finanças: "O assunto do dia tem sido, sem duvida, a noticia vinda a lume que dava as tropas de Sacavem como resolvidas a impor ao governo o nome do general sr. Sínel de Cordes para ministro das Finanças, no caso de hoje aquela pasta não ser preenchida."[167]

Nesta mesma notícia está presente uma nota oficiosa do Ministério, afirmando que as notícias sobre uma eventual marcha destas tropas sobre Lisboa eram falsas.[168]

Na mesma notícia é nos dito que a pressão destas tropas não surtiu o efeito desejado, tendo o Governo escolhido Oliveira Salazar para o cargo de Ministro das Finanças.

No dia 12 de junho é publicada a continuação do artigo de opinião sobre a Marinha Portuguesa, onde é pedida a criação de um novo organismo na Marinha de modo a melhorar a elevada burocracia existente.[169]

O jornal no dia 14 de junho, publica mais um artigo da autoria de Soares Andrea, onde o mesmo crítica a nova localização do novo Arsenal da Marinha, que será na Margem Sul. O artigo faz referência ao artigo escrito por Mendes Barata no Diário de Notícias, em que o autor enumera as principais razões sobre a má localização do Novo Arsenal da Marinha.[170]

No dia o jornal efetua uma breve entrevista ao Presidente do Diretório do Partido Radical. Nesta entrevista Lopes de Oliveira refere que a revolta tinha sido planeada há vários anos e que o objetivo inicial era derrubar a República e repor a Monarquia. Lopes de Oliveira refere ainda

[167] (1926), "A Capital", nº5258, Ano 16, Sexta-feira, 11 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.34

[168] Nota oficiosa da presidência do Ministério á A Capital: "Não tem fundamento a notícia publicado no jornal da manhã acerca de uma presumida marcha de tropas de Sacavém sobre Lisboa, não tendo ido áquele acampamento nem o sr. presidente do ministério, nem o senhor ministro da Guerra, mas sim dois delegados do Governo, com a missão de conferenciarem com os comandantes das forças ali acantonadas". (1926), "A Capital", nº5258, Ano 16, Sexta-feira, 11 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23

[169] (1926), "A Capital", nº5259, Ano 16, Sábado, 12 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.37

[170] (1926), "A Capital", nº5260, Ano 16, Segunda-feira, 14 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.41

que existiam 3 movimentos revolucionários (militarista, militar e civil, radical). Todos estes movimentos tinham como líder Gomes da Costa. Lopes de Oliveira questiona ainda o papel de Sínel de Cordes e de Óscar Carmona no dia em que a revolta eclodiu: "Mas o ramo militar-militarista murcha… e quando o movimento rebenta no Norte, no seio de uma divisão que conta dezenas de oficias e sargentos radicais, e apoiando-se noutra divisão para onde António Maria da Silva havia arremessado, também, por arbitrarias transferências mais de oitenta oficiais e sargentos, o ramo militar-militarista nem mexe. Onde está Carmona? Onde está Sinel? Onde está Raul Esteves? Só se sabe deles em 30 e 31, depois do triunfo".[171]

No dia 15 de junho é conhecido o programa de governo proposto por Gomes da Costa. Tendo sido publicado um artigo de opinião sobre esse mesmo programa.

O jornal critica este programa, dizendo que as alterações na Constituição de 1911, configuram uma mudança de regime, passando Portugal de uma democracia para um regime autocrático: "Mas também é verdade que as alterações á Constituição, expressas no programa são tão profundas, que equivalem a uma mudança do Regime…"[172] É referido que a República Parlamentar existente desde 1911 será substituída por uma República Presidencialista.

A Capital refere que o governo tem vários problemas para resolver, nomeadamente: financeiros, equilíbrio orçamental, realização de obras de modo a abrir novas vias de comunicação e fomentar o transporte aéreo e ferroviários, melhorar os correios e aumentar os portos marítimos.[173]

É também questionada a veracidade do avanço das tropas que estão acampadas em Sacavém, o que não se chegou a verificar: "Não é verdade as tropas de Sacavem terem avançado."[174]

No mesmo artigo é possível verificar a chegada do representante da 6ª Divisão e Delegado de Vila Real, tenente Silva. É referido ainda que as tropas de Vila Real só obedecem ao Comitê Central e a Mendes Cabeçadas "Consta-nos que da conferencia resultou a afirmativa, por parte do sr. tenente Silva, de que as tropas de Vila Real só reconhecem o «comité» central de que faz

[171] Declarações do sr. Dr., Lopes de Oliveira , presidente do DPR ao jornal (1926) "A Capital", nº5260, Ano 16, Segunda-feira, 14 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.41
[172] "A Capital", nº52561, Ano 16, Terça-feira, 15 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.45
[173] (1926), "A Capital", nº5261, Ano 16, Terça-feira, 15 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.45
[174] (1926), "A Capital", nº5261, Ano 16, Terça-feira, 15 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.46

parte o comandante sr. Mendes Cabeçadas…"[175] Também a 2ª, 5ª e 8ª divisões de Queluz, GNR comunicaram ao governo que estão do seu lado.

A 16 de junho é publicado mais um artigo de opinião com o título "Expectativa" sobre o programa de governo proposto por Gomes da Costa. O jornal volta a referir que este programa configura uma mudança de regime político que está assente desde a Constituição de 1911.[176]

No final do artigo o autor mostra a confiança que o governo irá manter as liberdades civis e de imprensa: "Mas também se anuncia que em breves dias, o Governo publicará o seu programa de realizações reformadoras. Isso aplaudimos nós, calorosamente. O Governo tem que dizer á Nação como interpreta a vontade das forças armadas que o pozeram no Terreiro do Paço, com aprazimento geral dos civis, que também são gente. E como o do Governo tem declarado que manterá, através de tudo as liberdades públicas, convictos estamos de que nos será permitido o exercício da profissão jornalística que impõe a obrigação de analisar e criticar os actos governamentais."[177]

A 17 de junho, *A Capital* anuncia o derrube de Mendes Cabeçadas do cargo da Presidência por parte de Gomes da Costa.

É referido no jornal que as forças fiéis a Gomes da Costa, ocuparam os Correios, Telégrafos, estações telefónicas e tomaram posições estratégicas. Gomes da Costa impôs a demissão de Mendes Cabeçadas do Ministério, através de uma carta ultimato enviada pelo mesmo a Mendes Cabeçadas: "Recusou-se v. exª sistematicamente aceitar todas as plataformas de conciliação para a marcha regular do governo. Deixou-se perturbar e manietar por influencias hostis ao movimento revolucionário que o exército levou a efeito, não o ignora v. exª., com esse objetivo único: - a dignificação da Pátria e a reabilitação da República. Vejo-me assim dolorosamente coagido a desistir da colaboração de v. exª no governo cuja presidência assumo a fim de evitar a discórdia que já principiava a fermentar no seio do exército português, perturbando o meu comando pela sua ação imprudente e irreflectida que preparava o fracasso do grande movimento

[175] 1926), "A Capital", nº5261, Ano 16, Terça-feira, 15 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.46

[176] (1926) "A Capital", nº5262, Ano 16, Quarta-feira, 16 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.49

[177] (1926) "A Capital", nº5262, Ano 16, Quarta-feira, 16 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.49

nacional revolucionário de 28 de maio. Grande Quartel General em Sacavém, 17 de Junho de 1926.- o chefe do governo, general Gomes da Costa. “[178]

O jornal refere que estas novas movimentações militares começaram na manhã do dia 17 de junho de 1926 e que se tratava de algo previsível, visto que Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas tinham grandes divergências: “Logo ás primeiras horas da manhã a população citadina teve conhecimento de que, finalmente se declarara a crise política que estava latente. As divergências, que sempre existiram entre os srs. General Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, tiveram a eclosão no gesto que o sr. Gomes da Costa fez, pondo-se á frente das tropas de Sacavem e intimando o sr. Presidente do Ministerio a entregar-lhe o poder.” [179]

A Capital constata que o Ministerio está reunido no Quartel do Carmo a pedido de Mendes Cabeçadas, não se sabendo o resultado deste encontro.[180]

O jornal refere também que a reunião que decorreu no ministério, no dia anterior, foi um prelúdio deste novo movimento, visto que nesta reunião estavam presentes todos os ministros militares exceto o chefe do Ministério, Mendes Cabeçadas.

Segundo o próprio jornal esta crise será de curta duração, cerca de 24 horas: “Tudo indica que a crise não será de longa duração. Supomos que, dentro de 24 horas, todas as obscuridades desaparecerão do scenario político. Aconteça o que acontecer, a posição de «*A Capital*» será a mesma de sempre. Sômos republicanos de princípios e assim continuaremos a ser.”[181]

Neste artigo estão também enumerados os vários locais ocupados e os seus respetivos comandantes: Estação Teleférica de Benfica, ocupada às 11 horas por uma força de infantaria, comandada pelo Alferes Temudo.

As forças comandadas pelo Coronel Mousinho de Albuquerque ocuparam a estação entre Areeiro e Poço do Bispo, também foram colocados obuses de Artilharia em Castelo Branco.

Em Belém a Estação Telefónica foi ocupada e os acessos à calçada da Ajuda foram bloqueados. A central Telefónica situada na Trindade, foi ocupada por uma força de Infantaria. É referido

[178] Carta ultimato de Gomes da Costa a Mendes Cabeçadas in (1926) “A Capital”, nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-9-23 p.53
[179] (1926) “A Capital”, nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.53
[180] (1926) “A Capital”, nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.53
[181] (1926) “A Capital”, nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.53

que existem forças de artilharia concentradas no Lumiar e quem viaja em direção a Sacavém são obrigados a apresentar a sua identificação e têm de seguir por uma estrada militar, onde são interrogados durante todo o caminho.

O jornal refere que Gomes da Costa enviou uma carta a todos os ministros, exceto a Mendes Cabeçadas, dizendo que mantêm confiança política nos mesmos.[182]

Entretanto o Governo Civil fechou as suas portas às 13 horas, sendo que todos os funcionários saíram, ficando só o Chefe de Distrito e os seus respetivos secretários e o comandante da Polícia, sendo que não era permitida e entrada de pessoas.

É relatado que o Presidente do Ministério se reuniu com o Ministro da Marinha, com o Coronel Cabeçadas e com o Major Ochoa. Nesta reunião ficou decido que se iam armar os navios da marinha.[183]

Inicialmente o Presidente do Ministério, comandante Mendes Cabeçadas tinha assinado o decreto da sua demissão, mas após uma reunião com o seu irmão coronel Cabeçadas no Ministério da Marinha, foi-lhe dito que grande parte das tropas de terra e mar mantêm a confiança no mesmo, fazendo com que o decreto não fosse efetivado "Por outro lado informam-nos também que o sr. comandante Mendes Cabeçadas chegou a ter assinado o decreto da sua demissão, que foi inutilizado pelo sr. coronel Cabeçadas com a declaração de que o governo podia contar com grande parte das forças de terra e mar."[184]

O jornal também notícia no mesmo dia, que Gomes da Costa enviou alguns emissários para falar com Mendes Cabeçadas propondo-lhe a aceitação do cargo de Presidente da República.[185]

A 18 de junho é publicado um artigo de opinião que tem como nome "A nova ditadura".

No artigo é relatado que Gomes da Costa se revoltou contra Mendes Cabeçadas, pois queria libertar a administração pública dos políticos, de modo a impedir uma divisão de classes

---

[182] Carta de Gomes da Costa enviada a todos os ministros in (1926) "A Capital", nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.53

[183] (1926) "A Capital", nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.53

[184] (1926) "A Capital", nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.53

[185] (1926) "A Capital", nº5263, Ano 16, Quinta-feira, 17 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.54

armadas e uma eventual guerra civil: "A saída do Governo do sr. comandante Mendes Cabeçadas do poder foi executada, segundo se alega, para libertar a administração publica da intromissão dos políticos, para impedir a divisão das classes armadas e evitar, consequentemente a guerra civil."[186]

É referido que este golpe teve sucesso pois Gomes da Costa conseguiu reunir o apoio do exército e da armada.[187]

É também indicado que a cidade de Lisboa voltou à normalidade no dia 18 de junho de 1926, com a desmobilização das tropas.

Neste artigo o jornal refere que os seguintes Ministérios estão protegidos: Ministério do Interior está com os portões guardados por 2 praças de Infantaria da GNR, o Ministério da Marinha está guardado por marujos com baionetas e o Ministério da Guerra por uma força de Infantaria 2. Já os Ministérios da Justiça e do Trabalho não têm qualquer nenhuma tropa a guardar o local.

É referido também que a cidade de Lisboa tem várias patrulhas da GNR a patrulhar o local, sendo que algumas patrulhas exibem fotografias de Gomes da Costa.

O jornal refere também que foram publicados editais escritos por Gomes da Costa, suspendendo as garantias e declarando o Estado de Sítio.

O governador militar da cidade Luiz Domingues publicou um decreto que garante a segurança da população e das propriedades a todos os cidadãos pacíficos. O mesmo decreto proíbe o ajuntamento de pessoas e permite o uso de violência para quem resistir. Também proíbe o trânsito de pessoas entre a 1 e 5 da manhã, com algumas exceções (em caso de fogo ou de doença, o desembarque de passageiros dos comboios. Neste decreto ordena-se que os estabelecimentos comerciais devem encerrar às 22 horas com exceção das farmácias que podem estar abertas consoante a necessidade.[188]

No dia 19 de junho de 1926 *A Capital* publica a nova constituição do governo que ficou distribuído desta forma: Presidente do Ministério e Ministro da Guerra: Gomes da Costa; o general Alves Pedrosa ficou com o cargo de Ministro da Agricultura; para o cargo de Ministro dos Estrangeiros foi escolhido o general Carmona; o tenente coronel Passos e Sousa ficou com

[186] (1926) "A Capital", nº5264, Ano 16, Sexta-feira, 18 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.57
[187] (1926) "A Capital", nº5264, Ano 16, Sexta-feira, 18 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.57
[188] (1926) "A Capital", nº5264, Ano 16, Sexta-feira, 18 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.57

cargo de Ministro do Comércio; para o cargo de Ministro das Finanças foi escolhido o capitão de Fragata Filomeno da Câmara, o Capitão do Mar e Guerra Jaime Afreixo e o Ministro das Colónias foi escolhido o capitão tenente Armando Ochoa.[189]

A 21 de junho é novamente publicado um artigo sobre a reorganização da marinha, da autoria de Soares Andrea. O artigo refere que é preciso reorganizar a Marinha de Guerra de modo que os jovens tenham interesse em seguir as exigências da Marinha.

Neste artigo é referido que a entrada na marinha pode ser voluntária, mas que estes voluntários devem provar que serão capazes de enfrentar a carreira militar: "Diremos porem que os voluntários devem possuir e provar cabalmente que são mais instruídos literalmente do que exige, e ainda mais escolhida a sus feição moral e pesquisado o motivo verdadeiro porque procuram alistar-se e melhor encaixar-se na Armada."[190]

No mesmo artigo é sugerido a redução do tempo de serviço de 4 anos para 18 meses. O jornal propõe ainda que estes 18 meses sejam divididos em dois períodos de 8 meses, sendo que no 1º período os recrutas recebem a instrução até ao juramento da bandeira e no 2º período os recrutas recebem treinos práticos no navio Sagres. Após cumprirem 1 ano de recruta, os mesmos podem escolher a sua especialização.

No dia 22 de junho, são publicados dois artigos de opinião com os seguintes títulos: "Instrução Pública" e "A reorganização da Marinha de Guerra".

No primeiro artigo é nos dito que a educação em Portugal é inexistente e refere que o novo Ministro da Educação prometeu numa entrevista acabar com o analfabetismo em Portugal.

Neste mesmo artigo é destacado o papel de António José d'Almeida que desde a Implementação da República doou dinheiro ao Estado, de modo que este construísse escolas primárias, com este tipo de doações a taxa de analfabetismo baixou dos 80% para 65%, o que para o jornal ainda é um valor muito alto.

[189] (1926) "A Capital", nº5265, Ano 16, Sábado, 19 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.62

[190] (1926) "A Capital", nº5266, Ano 16, Segunda-feira, 21 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.65

É referido também que não basta construir escolas se o Estado não oferece condições para os professores de se fixarem nas escolas. Este seria, segundo o autor do artigo, o papel do Estado, que deveria recompensar os professores com salários razoáveis.[191]

É também adicionada uma outra causa para a elevada taxa de analfabetismo no ensino primário que é a seguinte: o trabalho infantil, apesar de já ser obrigatório por lei o ensino primário, mas não é possível fazer cumprir a lei, pois existe ainda a necessidade de as famílias mais pobres recorrerem ao trabalho infantil para terem mais um rendimento. O jornal não culpa os pais de colocarem as crianças a trabalhar no campo, mas culpa as condições socioeconómicas e sem a melhoria destas não é possível aplicar a lei.

No segundo artigo presente na mesma página é nos dito que é preciso ser criada uma organização de quadro de Oficiais de Reserva da Armada.[192]

É também publicada notícia de uma reunião entre o Ministro do Interior e os representantes da imprensa. Nesta reunião foi pedido que a imprensa não publicasse noticias falsas e boatos: "O sr. dr. Antonio Claro, invocando a sua qualidade de velho e indefectivel republicano e de antigo jornalista, apelou para a Imprensa, pedindo que fosse auxiliar a obra que o Governo se propõe realizar e que se não desse curso a noticias e boatos menos verdadeiros. Contava com a boa vontade dos jornais em o auxiliarem."[193]

Na mesma edição é publicada uma nota da polícia ao diretor deste jornal dizendo que até em ordem contrária o jornal é censurado e têm de ser enviados 4 exemplares ao Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, de modo que estes sejam analisados, para que se possa publicar: "Sr. Diretor do Jornal «A Capital» - Lisboa- Por ordem superior, levo ao conhecimento de v. que, a partir de hoje é estabelecida a censura á imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana para aquele fim. Saude e Fraternidade. Lisboa, 22 de junho de 1926.- O 2º Comandante, capitão Anibal de Azevedo." [194]

---

[191] (1926) "A Capital", nº5267, Ano 16, Terça-feira, 22 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.69

[192] (1926) "A Capital", nº5267, Ano 16, Sexta-feira, 22 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.69

[193] (1926) "A Capital", nº5267, Ano 16, Sexta-feira, 22 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.70

[194] Carta enviada ao diretor do jornal *A Capital* in (1926) "A Capital", nº5267, Ano 16, Sexta-feira, 22 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.70

A edição d'*A Capital* de 26 de junho, foi visada pela Comissão de Censura e nela se encontra um artigo intitulado "Liberdade de Imprensa". Neste artigo é nos dito que será publicado em breve um decreto sobre a imprensa, nomeadamente sobre a liberdade de pensamento.

Na opinião do jornalista este decreto que será publicado tem um teor ditatorial: "Anuncia-se para muito breve a publicação dum decreto dictatorial reprimindo, em bases diferentes das actuais, o exercício da liberdade de pensamento por meio da imprensa."[195]

O autor refere também que a liberdade de imprensa varia de governo para governo "Umas vezes, escreve-se quanto se quer e como se quer, outras vezes, só é permitido escrever ao sabor dos governantes…"[196]

A 3 de julho é publicado um artigo de opinião sobre a política nacional com o seguinte título: "A verdade acerca da Situação Política". Neste artigo é nos dito que a presidência de Gomes da Costa suprimiu todos os direitos nomeadamente de fiscalização da administração pública, o direito à liberdade de manifestação de pensamento e o direito à liberdade de imprensa: "Após os triunfo da manifestação coletciva do Exercito e organizado o Governo sob a presidência do sr. general Gomes da Costa comulativamente unico Chefe do Poder Executivo, o direito de exercer a fiscalização dos actos de administração pública foi totalmente suprimido… a liberdade de manifestação de pensamento não existe de facto, visto que o estado de sitio persiste com supressão da totalidade das garantias individuais e á imprensa não é permitida a livre critica acerca da aplicação dos dinheiros do Estado…"

No mesmo artigo é questionado se Portugal voltou ao seculo XVI devido às políticas e limitações impostas pelo governo de Gomes da Costa: "Recuamos pois ao seculo XVI… Convem isto ao sr. Presidente do Ministerio, Chefe do Poder Executivo?"[197]

O jornal no dia 5 de julho de 1926, publicou um artigo de opinião referindo que a continuar a censura a imprensa fica impedida de expor a sua opinião sobre a situação da administração pública. Neste artigo são feitas pequenas críticas à lei, pois segundo o jornal a definição da responsabilidade criminal está mal escrita e existe o risco de todos os colaboradores dos jornais irem a tribunal.

---

[195] (1926) "A Capital", nº5271, Ano 16, Sábado, 26 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.85
[196] (1926) "A Capital", nº5271, Ano 16, Sábado, 26 de Junho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.85
[197] (1926) "A Capital", nº5277, Ano 16, Sábado, 3 de Julho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.9

3.6- A destituição de Gomes da Costa no jornal *A Capital*

A Capital no dia 9 de julho de 1926 relata que a guarnição de Lisboa, representando o exército, não se revê nas políticas de Gomes da Costa e delegou uma comissão que foi à residência oficial do Presidente, no Palácio de Belém, dizendo que Gomes da Costa já não tinha a autoridade de delegar ou despedir ministros sem ouvir primeiro o Conselho de Ministros e entregando-lhe uma lista com os nomes dos ministros que a guarnição pretendia para o próximo governo. Gomes da Costa não se sente intimidado e foi lhe dito que seria destituído.

A Capital notícia que as entradas de todos os Ministérios foram ocupadas pela Força de Infantaria 16 sob o comando do Capitão Fernando Costa. No Arsenal da Marinha foi içada a bandeira nacional e desde o meio-dia que a laboração foi cessada.

É nos dito também que esta nova movimentação militar causou surpresa na população lisboeta, existindo relatos de que a população se juntou no Rossio para perceber o que estava a acontecer. É também publicado a notícia da constituição do novo governo que foi imposto a Gomes da Costa.

Existia também o receio de que a República tivesse sido derrubada. Mas tal não aconteceu pois foi publicado um novo decreto que dizia que este era um golpe republicano: "O pensamento da guarnição de Lisboa é unanime e norteado pelo desejo de defender a honra e o brio do exército e da marinha, mantendo-se fiel á ideia inicial da revolução do 28 de Maio. Pela Patria! Pela Republica!"[198]

Inicialmente o Governo Civil laborou com normalidade, sendo que partir do meio-dia o major Costa Lobo chegou com uma força de 200 praças de infantaria 2 e duas metralhadoras. Este tomou o comando da polícia e encerrando assim todas as repartições do Governo Civil e retirando todas as pessoas que se ali se encontravam, com exceção dos jornalistas. É referido também que todas as ruas que dão acesso ao Governo Civil foram encerradas.[199]

O jornal, a 9 de julho, descreve como ficou constituído o novo governo após a destituição de Gomes da Costa: Presidência e Guerra: General Fragoso Carmona, Ministro do Interior: Dr. Ribeiro Castanho, Ministro da Marinha: Capitão de mar e guerra Jaime Afreixo, Ministro da

[198] (1926) "A Capital", nº5282, Ano 16, Sexta-feira, 9 de Julho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.30
[199] (1926) "A Capital", nº5282, Ano 16, Sexta-feira, 9 de Julho de 1926, https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm, consultado a 2025-10-12 p.30

Justiça: Dr. Manuel Rodrigues, Ministro da Instrução: General Teixeira Botelho, Ministro Comercio: Tenente-Coronel Passos e Sousa, Ministro Estrangeiros: Dr. Bettencourt Rodrigues, Ministro da Agricultura: General Alves Pedrosa, Ministro das Colonias: Comandante João Belo.

No dia 10 de julho o jornal noticiou a existência de uma reunião com os representantes de imprensa, sendo o principal assunto o teor das revindicações a apresentar ao governo sobre a lei de imprensa. Pretendem também saber junto do governo se irão ser respeitadas as liberdades de imprensa e se a censura irá continuar.

É nos dito ainda que o trânsito é proibido entre a 1 hora e as 5 da manhã, como indicador que ainda não há total liberdade de circulação. Sendo também referido que a cidade de Lisboa voltou à normalidade e o Governo Civil reabriu as suas repartições.

É também dito que este novo governo proibiu a publicação do jornal "A Revolução Nacional", fundado pelo tenente Pinto Correia, ajudante de Gomes da Costa.

A Capital publicou ainda os decretos de exoneração dos ministros do anterior governo e a nomeação de novos ministros, saídos deste governo.

A análise da imprensa foi essencial para percebemos os bastidores tanto do 28 de maio de 1926, bem como as causas que levaram ao derrube de Gomes da Costa a 9 de julho de 1926.

Foi curioso verificar que aquando da preparação do golpe que fez cair a I República, Gomes da Costa teve total apoio por parte dos militares, mas ironicamente foi pela mão dos mesmos que ele foi obrigado a resignar ao cargo da Presidência da República, no qual só esteve menos de 1 mês.

Foi possível concluir através da imprensa analisada (*Diário de Lisboa* e *A Capital),* que a mesma mantinha posições distintas sobre o 28 de Maio de 1926 e sobre Gomes da Costa, mas tinham em comum o receio de que as políticas saídas do golpe pudessem suprimir liberdades essenciais da classe jornalística, como a liberdade de pensamento e de expressão e a possibilidade de se noticiarem acontecimentos sem receio de uma eventual perseguição política. A imprensa sempre teve o papel de informar a população em geral, mesmo em casos de supressão das liberdades essenciais como foi o caso do governo saído do 28 de Maio de 1926. Mas mesmo assim a classe jornalística manteve-se unida e não deixou de questionar os governos pós 28 de Maio de 1926 sobre as políticas proposta por estes e não deixaram de reivindicar as liberdades de pensamento e de expressão.

Conclusão

Através da leitura deste trabalho foi possível concluir que mesmo com a mudança de regime a partir de 1910 os problemas de corrupção e de compadrios continuavam a vigorar tanto na política portuguesa como na sociedade. Na verdade, o ideal da República ficou muito aquém das expectativas da população.

Com este estudo foi possível concluir que com uma personalidade forte e carismática, é possível mudar as condições de um país que estava tomado pela alta corrupção, empobrecido e sem esperança no futuro da Nação. Essa personalidade era Gomes da Costa, que antes de entrar para a vida militar era uma criança problemática, avessa aos estudos, mas com a maturidade que foi adquirindo quando estava no colégio militar, aí adquiriu valores que o acompanharam ao longo da sua vida e o tonaram um líder nato e respeitado por todos, um homem valoroso que não deixava ninguém para trás nem nas condições mais difíceis e perigosas, Gomes da Costa era acima de tudo um patriota.

Gomes da Costa, defendia que os militares deveriam ser apartidários e os cargos deveriam ser apenas atribuídos em função do mérito militar e não através de cunhas ou compadrios: "Mas, como tudo, no meio militar da época, a apatia, a sornice reinavam neste regimento como nos outros e de tal forma, que quando aparecia um coronel como o Salgado, de Cavalaria, homem de sangue e de vigor, que se nâo conformava com a sornice geral, e queria que o seu regimento fôsse alguma coisa de sério e de capaz, revoltavam-se os oficiais, como aconteceu em Cavalaria 1. O grande trabalho de infantaria 1 eram as guardas ao Paço da Ajuda onde residia El-Rei D. Luís, a Rainha Senhora D. Maria Pia e os Príncipes D. Carlos e D. Afonso. O 1 não fazia outro serviço de guarnição. Era uma espécie de Guarda Real, mas a verdade é que os oficiais para êste regimento não eram escolhidos pelas suas qualidades brilhantes, mas apenas pelas suas qualidades de subserviência"[200]

Para além disso, os militares reconheciam no general como sendo um homem de elevados valores patrióticos, leal e que não abandona os seus homens mesmo nos cenários mais perigosos e tudo fez para dar melhores condições á instituição militar. As diferentes campanhas em que participou (Goa, Moçambique, Flandres), assim o comprovam. Todas estas razões constituíram fatores decisivos para a escolha de Gomes da Costa para a liderança do movimento que fez cair a I República. O general reunia consenso para liderar o golpe e isso era uma garantia que o mesmo teria sucesso. A população que tanta esperança tinha na I República viu defraudadas as

[200] Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora, p. 35.

suas esperanças e por isso quando ocorreu este movimento revolucionários, os líderes do mesmo receberam o apoio da população.[201]

Através da análise da imprensa, foi possível verificar que ambas as publicações eram distintas no apoio ao movimento do 28 de maio e na figura de Gomes da Costa. Foi percetível que *A Capital* era um jornal de cariz republicano e que estava cético das consequências dos acontecimentos, referindo mesmo que Portugal iria provavelmente entrar numa ditadura, onde as liberdades gerais iriam ser suprimidas. Esta posição fez com que depois o mesmo tivesse sido alvo da Comissão de Censura de 24 de junho de 1926, mas isso não impediu que *A Capital* publicasse alguns artigos menos favoráveis às políticas de Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.

Já o *Diário de Lisboa*, era um jornal mais próximo dos ideais dos perpetuadores do golpe, não tendo sido por isso tão visados pela censura. No entanto este jornal também publicava alguns artigos menos favoráveis a Gomes da Costa.

Ambos os jornais tinham em comum a preocupação de que a liberdade de imprensa ficasse em risco em consequência dos acontecimentos e da eventual mudança de regime.

Tanto o *Diário de Lisboa* como *A Capital* relatam em noticias e artigos, onde pela leitura dos mesmos é percetível o sentimento da população assim como nos quarteis sobre o golpe de 28 de maio de 1926, visto que eram tempos de incerteza, pois podia-se estar a presenciar uma nova mudança de regime político em 16 anos.

O golpe de 28 de maio de 1926 perpetuado por Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas e outros militares teve enorme mediatismo por parte do *Diário de Lisboa* e pelo *A Capital,* pois os acontecimentos foram assunto de primeira página destas publicações ao longo de três dias. Também o derrube de Gomes da Costa do cargo de Presidência da República a 9 de julho teve destaque em ambos os jornais.

[201] Relato do enviado especial do *Diário de Lisboa,* no 31 de maio de 1926, quando o mesmo chega à cidade Porto para entrevistar Gomes da Costa: "O povo faz ouvir a sua voz e o povo dizia: Viva o general! Gomes da Costa! Viva o libertador da Pátria! Queremos uma República honesta!". p.4

Fontes e Bibliografia

Fontes

A Capital, Lisboa, de 28 de maio de 1926 a 10 de julho de 1926, disponível online em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm

Diário de Lisboa, Lisboa, de 28 de maio de 1926 a 12 de julho de 1926, disponível online em: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/

Costa, M. G. (1930). *Memórias.* Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Costa, C. G. (1931). *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa* . Lisboa .

Bibliografia

Afonso, A e Carlos de Matos Gomes. (2010). *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Quidnovi

Medina, J. (2004). *Sidonismo ou a República Fraturada.* Em J. Medina, *História de Portugal: A República (III) Vol. XIV,* Amadora: Ediclube.

Meneses, F. R. (2011). *A Iº República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império.* Tinta da China.

Telo, A. J. (1980). *Decadência e queda da I República Portuguesa* – Vol. 1 e 2.

Telo, A. J. (2016). *O CEP - Os Militares Sacrificados Pela Má Política.* Fronteira do Caos.

GONÇALO PINA

Bairro Cabeço Cação, Rua do Lobito nº352 | goncalojjpina1@gmail.com |Telefone: (+352) 924076864

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciatura em História Moderna e Contemporânea| ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
Grau académico obtido em julho de 2023

EXPERIÊNCIA

Vigilante Florestal (2020- Presente) Trabalho sazonal (Maio - Outubro) de vigilância na Torre de Vigia de Alcoitão, em Cascais, na prevenção de incêndios, com enfoque na Serra de Sintra, ao serviço da GNR.

Estágio realizado na Biblioteca Municipal de Sintra

COMPETÊNCIAS

Microsoft Word: Com experiência Microsoft PowerPoint:
Com experiência Análise de Arquivos Históricos:
Com alguma experiência

Português: Nativo

Inglês: Fluente na fala e na escrita